

**CARMEM FOLADOR**

**POBREZA NAS CIDADES MÉDIAS  
PARANAENSES**

Monografia submetida ao Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Maurício Aguiar Serra

**CURITIBA**  
**2007**

# TERMO DE APROVAÇÃO

CARMEM FOLADOR

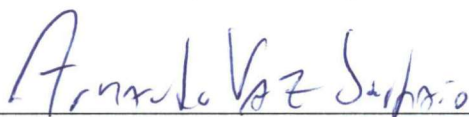
## POBREZA NAS CIDADES MÉDIAS PARANAENSES

Monografia aprovada pelo Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.



---

Prof. Dr. Maurício Aguiar Serra  
Departamento de Economia, UFPR.  
(Orientador)



---

Prof. Dr. Armando Vaz Sampaio  
Departamento de Economia, UFPR.



---

Prof. Dr. Cássio Frederico Camargo Rolim  
Departamento de Economia, UFPR.

Curitiba  
2007

À minha família e ao Edson com  
o enorme carinho que merecem.

## AGRADECIMENTOS

Não é tarefa fácil agradecer a todos que direta e indiretamente contribuíram para o bom término desse trabalho. No entanto, gostaria de deixar aqui a minha mais alta gratidão:

Aos meus pais, que me ensinaram a ser independente e correr atrás dos objetivos, sempre me apoiando quando o caminho escolhido era correto, responsável e digno.

Ao meu amado noivo Edson, pela compreensão, pelo constante apoio e acima de tudo pelo amor!

À minhas irmãs e tias, que sempre torceram por mim.

Aos meus sobrinhos, que me fazem voltar a ser criança.

Ao meu grande Professor e Orientador Maurício Aguiar Serra, pela dedicação e orientação sempre clara e agradável.

Ao Doutorando em Desenvolvimento Econômico Fernando Motta Correia, pelo auxílio e dedicação indispensáveis para o sucesso deste trabalho.

Aos Professores Cássio Rolim e Armando Sampaio, por aceitarem fazer parte desta banca e, assim, contribuir para o amadurecimento de questões relativas ao tema.

Aos demais professores, amigos e companheiros de faculdade, que deixarão ótimas lembranças.

Agradeço, sinceramente, a todos aqueles que me ajudaram ao longo deste estudo. Não importa a forma: matéria, intelectual, emocional ou espiritual.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	viii
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b> .....	ix
<b>LISTA DE MAPA</b> .....	x
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	xi
<b>RESUMO</b> .....	xii
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>1 PRINCIPAIS CONCEITOS E FORMAS DE MENSURAÇÃO DA POBREZA</b> .....	2
1.1 CONCEITOS DA POBREZA .....	2
1.2 MENSURAÇÕES DA POBREZA.....	4
1.2.1 Abordagem da Renda.....	5
1.2.2 Pobreza não-monetária .....	7
1.2.3 Pobreza Multidimensional .....	8
1.3 POBREZA E DESIGUALDADE DE RENDA .....	10
1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	12
<b>2 ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DO PARANÁ</b> .....	14
2.1 CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS .....	14
2.2 INDICADORES SOCIAIS.....	17
2.2.1 Demografia .....	17
2.2.2 Renda, Pobreza e Desenvolvimento Humano .....	21
2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	27
<b>3 CIDADES MÉDIAS PARANAENSES</b> .....	28
3.1 CARACTERIZAÇÃO E IMPORTÂNCIA DAS CIDADES MÉDIAS .....	28
3.2 DIMENSÕES DA POBREZA NAS CIDADES MÉDIAS.....	31
3.2.1 Dimensionamento da Pobreza nas Cidades Médias em relação à Região Metropolitana e ao Estado.....	31

3.2.2 Dimensionamento e evolução da pobreza nas cidades médias segundo a localização regional .....	36
3.2.2 Dimensionamento e evolução da pobreza nas cidades médias segundo a localização regional .....	34
<b>3.3 RENDA, POPULAÇÃO, POBREZA E INDIGÊNCIA NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES</b> .....	36
3.3.1 Modelo .....	36
3.3.2 Regressões e resultados obtidos.....	38
3.3.2.1 Cidades médias <i>versus</i> cidades com 50 a 100 mil habitantes.....	38
3.3.2.2 Cidades médias <i>versus</i> cidades com 10 a 50 mil habitantes.....	40
3.3.2.3 Cidades médias <i>versus</i> cidades com menos de 10 mil habitantes .....	41
3.3.3 Avaliação dos Resultados .....	43
<b>3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	44
<b>4 CONCLUSÃO</b> .....	45
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	48

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

% – Percentual

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica

IPH – Índice de Pobreza Humana

MQO – Mínimos Quadrados Ordinários

NBI – Necessidades Básicas Insatisfeitas

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POP. – População

P.P. – Ponto Percentual

PPC – Paridade do poder de Compra

RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano

RMC – Região Metropolitana de Curitiba

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – CURVA DE LORENZ.....	11
GRÁFICO 2 – PORCENTAGEM DA RENDA DOMICILIAR APROPRIADA POR FAIXAS DA POPULAÇÃO DO PARANÁ – 1991 E 2000.....	24
GRÁFICO 3 – PERCENTUAL DE PESSOAS QUE RESIDEM EM MUNICÍPIOS COM IDH-M ABAIXO DA MÉDIA BRASILEIRA, SEGUNDO MESORREGIÕES E PARANÁ – 2000.....	26

## **LISTA DE MAPA**

MAPA 1 – AGLOMERAÇÕES URBANAS E MESORREGIÕES DO PARANÁ .... 19

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – POPULAÇÃO RURAL, URBANA E TOTAL EM ABSOLUTO, VARIÇÃO PERCENTUAL E TAXA DE URBANIZAÇÃO - 1980,1991, 2000.....	18
TABELA 2 – MUNICÍPIOS, GRAU DE URBANIZAÇÃO, POPULAÇÃO E TAXA DE CRESCIMENTO - PARANÁ E MESORREGIÕES - 1991 A 2000 .....	20
TABELA 3 – RENDA FAMILIAR PER CAPITA MÉDIA, DOS ESTADOS DA REGIÃO SUL E BRASIL .....	21
TABELA 4 – PERCENTUAL DE PESSOAS POBRES DOS ESTADOS DO SUL .....	22
TABELA 5 – NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DE FAMÍLIAS E PESSOAS POBRES, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO – PARANÁ - 2000 .....	22
TABELA 6 - FAMÍLIAS POBRES E TAXA DE POBREZA, SEGUNDO MESORREGIÃO – PARANÁ - 2000.....	23
TABELA 7 – PERCENTUAL E INTENSIDADE DA POBREZA E DA INDIGÊNCIA E ÍNDICE DE GINI – PARANÁ E BRASIL – 1991 E 2000 .....	24
TABELA 8 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH-M.....	25
TABELA 9 – MESORREGIÃO, CIDADES MÉDIAS DO PARANÁ, POPULAÇÃO E VARIÇÃO ENTRE 1991 E 2000 .....	30
TABELA 10 – POPULAÇÃO DO PARANÁ, CIDADES MÉDIAS E REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA .....	32
TABELA 11 – POPULAÇÃO POBRE NO PARANÁ, REGIÃO METROPOLITANA E CIDADES MÉDIAS 1991 E 2000.....	32
TABELA 12 – NÍVEL DE POBREZA NO PARANÁ, CIDADES MÉDIAS E REGIÃO METROPOLITANA: 1991 E 2000.....	33
TABELA 13 - DIMENSÃO E EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO POBRE NAS CIDADES MÉDIAS SEGUNDO A MESORREGIÃO PERTENCENTES .....	34

TABELA 14 – DIMENSÃO E EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO POBRE NAS CIDADES MÉDIAS SEGUNDO A MESORREGIÃO PERTENCENTES .....	35
TABELA 15 – POPULAÇÃO E NÚMERO DE CIDADES NO PARANÁ, SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO .....	36
TABELA 16 – RESULTADO DAS REGRESSÕES CIDADES MÉDIAS <i>VERSUS</i> CIDADES COM 50 A 100 MIL HABITANTES NO ANO DE 1991 .....	38
TABELA 17 – RESULTADO DAS REGRESSÕES CIDADES MÉDIAS <i>VERSUS</i> CIDADES COM 50 A 100 MIL HABITANTES NO ANO DE 2000.....	39
TABELA 18 – RESULTADO DAS REGRESSÕES CIDADES MÉDIAS <i>VERSUS</i> CIDADES COM 10 A 50 MIL HABITANTES NO ANO DE 1991 .....	40
TABELA 19 – RESULTADO DAS REGRESSÕES CIDADES MÉDIAS <i>VERSUS</i> CIDADES COM 10 A 50 MIL HABITANTES NO ANO DE 2000 .....	41
TABELA 20 – RESULTADO DAS REGRESSÕES CIDADES MÉDIAS <i>VERSUS</i> CIDADES COM MENOS DE 10 MIL HABITANTES NO ANO DE 1991.....	42
TABELA 21 – RESULTADO DAS REGRESSÕES CIDADES MÉDIAS <i>VERSUS</i> CIDADES COM MENOS DE 10 MIL HABITANTES NO ANO DE 2000.....	43

## RESUMO

Monografia de Bacharelado em Ciências Econômicas que analisa o nível de pobreza das cidades médias paranaenses, caracterizadas com população entre 100 e 500 mil habitantes. O objetivo deste estudo é verificar o comportamento da pobreza desse grupo de cidades diante das alterações na quantidade de habitantes e de renda, comparativamente ao Estado. Para isso, primeiramente, é realizada uma análise do crescimento populacional e da pobreza observado nas cidades médias não metropolitanas relativamente à Região Metropolitana de Curitiba e ao Estado Paraná. A seguir utiliza-se Método dos Mínimos Quadrados Ordinários, criando um modelo que visa explicar alterações no nível de pobreza e indigência nas cidades médias *versus* os demais grupos de cidades, quando ocorre alterações na renda e na população dos municípios.

## INTRODUÇÃO

A pobreza e a desigualdade de rendimentos entre indivíduos têm preocupado e marcado a história econômica brasileira. Muitas foram as políticas de combate à pobreza no Brasil, porém, observa-se grande dificuldade de alcançarem resultados significativos para este problema. O Paraná pode ser considerado um retrato do Brasil, apresentando municípios com alto desenvolvimento socioeconômico e outros com indicadores que estão muito abaixo da média.

Nos últimos anos, devido ao processo de industrialização, a distribuição populacional brasileira se alterou aos poucos em direção a uma concentração urbana. As grandes aglomerações são consideradas importantes para o desenvolvimento, porém, em regiões com crescimento demográfico muito acelerado, isso se tornou um problema, não sendo possível garantir o mesmo ritmo de oferta de empregos e de serviços públicos.

Os desequilíbrios regionais e o agravamento da qualidade de vida nas grandes aglomerações, desperta o interesse para as cidades de porte médio como alternativa para reduzir o fluxo migratório na direção das metrópoles. Esse grupo de cidades torna-se, então, uma opção, ao possibilitar uma estratégia mais adequada de políticas urbanas e industriais. Como o número de habitantes é menor, permite ao poder público tornar as políticas públicas mais abrangentes e assim, ter maior controle sobre o desenvolvimento dessas regiões.

O primeiro capítulo deste trabalho tem como objetivo apresentar os principais conceitos e formas de mensuração da pobreza. No segundo capítulo é estabelecido um perfil para a pobreza no Paraná, verificando a possível existência de alguma alteração significativa no nível e severidade da pobreza e desigualdade de rendimentos na década de 90. O terceiro capítulo é destinado ao estudo da pobreza nas cidades médias paranaenses, a partir dos dados do Atlas IDH 2000 e do IPEADATA, realizando uma análise durante a década passada, tomando como referência para isso o período entre 1991 e 2000.

## **1. PRINCIPAIS CONCEITOS E FORMAS DE MENSURAÇÃO DA POBREZA**

O objetivo deste capítulo é apresentar as principais maneiras de se entender o conceito de pobreza, assim como as diferentes formas de mensuração. Os diversos indicadores podem ser utilizados para medir a pobreza, empregando aquele mais adequado para a análise e levando em consideração os dados disponíveis e a finalidade procurada.

### **1.1 CONCEITOS DA POBREZA**

A interpretação mais imediata da pobreza é a falta de renda, porém uma definição mais detalhada define pobreza como um estado de carência ou privação, que pode colocar em risco a própria condição humana. O pobre tem sua humanidade ameaçada, por não ter suas necessidades básicas atendidas e também por não ser capaz de mobilizar esforços para satisfazer tais necessidades (LAVINAS, 2002).

A pobreza pode ser definida de diversas maneiras, algumas somente materiais e outras também sob o aspecto cultural e social, entretanto, está relacionada à falta de acesso a um padrão de vida considerado mínimo para uma vida adequada em sociedade (ANDRADE E SERRA, 2001).

O conceito de pobreza enfatiza a idéia de comparar a posição que o indivíduo ocupa na sociedade em relação aos seus semelhantes, aproximando do conceito da desigualdade na distribuição de renda. A pobreza revela o padrão de vida de uma sociedade, sendo considerados pobres aqueles que estão na camada inferior da distribuição de renda em comparação aos indivíduos que ocupam o patamar mais elevado da sociedade (ROMÃO, 1991).

Todas as definições de pobreza podem ser enquadradas numa das três categorias seguintes: pobreza é ter menos do que um mínimo objetivamente definido ou pobreza absoluta; pobreza é ter menos do que outros na sociedade ou pobreza relativa; pobreza é

sentir que não se tem o suficiente para seguir adiante ou pobreza subjetiva (KAGEYAMA E HOFFMANN, 2006).

Pobreza absoluta é ter menos do que um mínimo necessário. Nesta classe encontra-se o enfoque das necessidades básicas, através do estabelecimento de uma linha de pobreza em termos de renda. “Esse mínimo é expresso, por um lado, através de um parâmetro monetário vinculado ao custo de atender às necessidades básicas no âmbito privado, isto é, as despesas necessárias para atingir o mínimo de bem-estar considerado aceitável em determinada área do país em dado momento, a chamada linha da pobreza” (ROCHA, 2001, p. 72).

A idéia de pobreza está associada a condições de vida inadequadas decorrentes de baixos rendimentos. Como o que é “adequado” depende do grau de riqueza do país analisado, há, certamente, um elemento relativo no conceito de pobreza. Mas se a definição do “ser pobre” depender da comparação da situação de “pobres” e “ricos”, o conceito de pobreza se confunde com o conceito de desigualdade econômica. É mais interessante, então usar um conceito de pobreza absoluta, no qual o grau de pobreza não seja diretamente dependente do nível de renda dos ricos. (HOFFMANN, 2001, p.62).

Segundo ROCHA (2001), o conceito absoluto de pobreza é importante no Brasil, uma vez que, existe um enorme número de pessoas no país que não têm suas necessidades básicas atendidas.

Pobreza relativa é ter menos do que outros, referindo-se a privação relativa, em relação a um conjunto de bens considerados comuns numa sociedade. A pobreza relativa considera pobres aqueles indivíduos cujas rendas são inferiores a 40, 50 ou 60% da renda média.

[...] a pobreza relativa situa o indivíduo na sociedade. Seriam pobres aqueles cujo nível de renda fosse aquém da metade, ou de 40%, ou ainda e 60% do rendimento mediano, segundo as mais difundidas definições, ou, algumas vezes, inferior à metade da renda média. O patamar de pobreza relativa evolui com a renda mediana ou média. Se os rendimentos aumentam, o patamar cresce e inversamente (SALAMA E DESTREMAU, 1999, p. 51).

Em relação à definição de pobreza, HOFFMANN (2000) ressalta que, se o pobre tiver uma conotação relativa, então o conceito de pobreza se confunde com o de desigualdade econômica.

A pobreza subjetiva está ligada à percepção do indivíduo quanto a sua própria condição social. Indivíduos absolutamente não pobres, mas relativamente pobres, ou que se sintam pobres, dado o padrão de vida médio da população em que vivem, podem não ser estimulados à participação social (ROCHA, 2000).

Assim, pobres são aqueles cujo nível de renda está abaixo daquele que consideram que seria o suficiente para viver. Uma abordagem da pobreza subjetiva propõe que se indague às pessoas o que elas consideram como necessidades básicas e depois se compare esse valor com sua renda disponível (KAGEYAMA, 2006).

Nos últimos anos a pobreza cedeu lugar à exclusão social, um problema ainda mais amplo que o da carência ou do déficit de renda. A pobreza utiliza critérios objetivos - falta de renda, moradia e capital humano - e a exclusão considera também critérios subjetivos - rejeição, perda de identidade e dos laços comunitários e sociais. As estratégias de combate à pobreza e a exclusão, são de responsabilidade dos governos locais, através da implementação de programas diversificados e direcionados para cada tipo de situação (LAVINAS, 2002).

Buscar estimar a pobreza absoluta ou adotar um enfoque relativo é um procedimento que busca separar o universo dos pobres dos não-pobres, definindo os níveis de carência e buscando interpretar o bem-estar de cada sociedade (LAVINAS, 2002).

## 1.2 MENSURAÇÕES DA POBREZA

Existe uma variedade de formas de mensuração da pobreza, devido à maneira de ver o significado da pobreza. A insuficiência de renda ou pobreza unidimensional procura dimensionar o percentual das famílias e pessoas privadas de renda mínima indispensável. Existem também medidas para o grau de severidade da pobreza, baseados

no estado de carência ou de necessidades básicas insatisfeitas como educação, saúde, emprego, etc. Esses indicadores revelam uma visão estrutural da questão, complementado o quadro retratado pela proporção de pobres avaliados pela linha de pobreza (JANNUZZI, 2001).

### 1.2.1 Abordagem da Renda

A renda per capita mede o valor total de bens e serviços finais produzidos internamente na economia de um país relativamente ao tamanho de sua população. Pode ser entendido também como as somas dos rendimentos pagos aos assalariados e autônomos, pagamentos feitos ao governo, aluguéis e lucros recebidos pelos proprietários (JANNUZZI, 2001).

Nos indicadores de renda calculados através das pesquisas domiciliares, a renda familiar é dada através da soma dos rendimentos individuais de seus membros (rendas do trabalho, aposentadorias, pensões, seguro-desemprego, etc.), e os rendimentos patrimoniais da família (aluguéis, poupança, etc.). A renda familiar per capita é dada pela renda familiar total dividida pelos números de membros da família (JANNUZZI, 2001).

Para TOLOSA (2005) a insuficiência de renda é um critério fácil de ser entendido para determinar a pobreza. O método mais comum para medir a pobreza pelo nível de rendimento é o de linha de pobreza, definida de acordo com o custo das necessidades básicas e o de linha de indigência, calculada conforme o custo das necessidades alimentares:

- Linha de Pobreza

Pela linha de pobreza determina-se uma lista das necessidades básicas de um indivíduo, composta normalmente por uma cesta de alimentos e por outros bens como vestuário, habitação, transporte, e calcula-se o custo de aquisição desses bens no mercado. Essas necessidades podem variar conforme as características das pessoas, como idade,

sexo, tipo de trabalho e também podem variar em função de onde esses bens podem ser adquiridos:

- Linha de Indigência

A linha de indigência é calculada de acordo com o custo de mercado para a aquisição de uma cesta de alimentos capaz de atender as necessidades mínimas de nutrição de um indivíduo. Indigente é aquela pessoa que não tem renda suficiente para comprar os alimentos mínimos necessários à sobrevivência, expressos em número de calorias. Pelo método da linha de indigência, a linha de pobreza é calculada como seu múltiplo, levando-se em conta que o gasto com alimentação é apenas uma parte dos gastos mínimos necessários a uma pessoa.

De acordo com TOLOSA (2005), o método da linha da pobreza e da indigência não consegue ser exato, uma vez que tanto a composição da cesta como o seu custo, varia em função do clima, de hábitos alimentares regionais e de fatores culturais, entre outros.

Como não há uma metodologia padrão para definição da linha de pobreza, adotou-se como referência o salário mínimo, posto que é o parâmetro utilizado nas regras de elegibilidade da maioria dos programas sociais de governo, em particular aqueles destinados à transferência de renda. Para efeito de comparabilidade no tempo, adotou-se como salário mínimo de “referência” aquele vigente e para os outros anos, obteve-se o salário mínimo equivalente, ou seja, de igual poder aquisitivo, deflacionando-se o seu valor nominal pelo respectivo INPC nacional (TOLOSA, 2005 p. 86 e 87).

ROCHA (2001) argumenta que as pesquisas domiciliares investigam cada vez mais uma grande variedade de variáveis socioeconômicas que são capazes de refletir as várias faces das condições de vida de uma população. Assim, é possível definir quem e quantos são os pobres e determinar o perfil desses indivíduos ou famílias.

No Brasil, conforme CAMARGO ET. AL. (1991), a abordagem da renda pode ser definida em função do salário mínimo ou através do valor que pretende refletir o custo de vida efetivo ao qual fazem face às populações de baixa renda. Nos dois casos é aceito

que a variável de renda mais adequada para confronto com a linha de pobreza é a renda familiar per capita, que leva em consideração todos os rendimentos das pessoas do núcleo familiar, o número de pessoas e o papel da família como unidade solidária de consumo e rendimento.

A linha da pobreza utilizada pelo Atlas do Desenvolvimento Humano 2000 – Atlas IDH, relaciona a pobreza a uma renda domiciliar proporcional a um salário mínimo. O Atlas IDH 2000, considera como estando abaixo da linha da pobreza, as famílias com renda per capita inferior a  $\frac{1}{2}$  do salário mínimo, equivalente a R\$ 75,50 em 2000 e abaixo da linha da indigência, com renda per capita domiciliar menor que  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo ou R\$ 37,75.

### 1.2.2 Pobreza não-monetária

Uma medida de pobreza que tenha uma abordagem exclusivamente relativa à moeda, privilegia o mercado e não considera os bens não-monetários. No entanto, os atributos não-monetários afetam o bem-estar dos indivíduos de modo que a linha de pobreza por si só é limitada (SALAMA E DESTREMAU, 1999).

A linha de pobreza não leva em conta os efeitos externos produzidos pelo Estado ou pela indústria. Pode-se perceber que a seguridade social ou a degradação do meio-ambiente é percebida de forma distinta dependendo da classe social ou local de habitação (HOFFMANN, 2000).

A metodologia das Necessidades Básicas Insatisfeitas – NBI identifica as pessoas que independentemente dos seus rendimentos, realmente não conseguem satisfazer as necessidades básicas.

A abordagem das NBI considera essencial o acesso a alguns bens considerados indispensáveis para os cidadãos usufruírem uma vida minimamente digna. Água potável, rede de esgoto, coleta de lixo, acesso ao transporte coletivo e educação são bens imprescindíveis para que os indivíduos possam levar vidas saudáveis e tenham chances de inserção na sociedade (SALAMA E DESTREMAU, 1999).

- o mínimo necessário a uma família a título de consumo individual: comida, casa, roupas adequadas, alguns objetos de casa e móveis (necessidades qualificadas como biológicas);
- os serviços básicos fornecidos e utilizados, simultaneamente, pela coletividade em seu conjunto, como água potável, sistema de coleta de lixo e de esgotos, serviços sanitários, meios de transporte públicos e serviços de educação (acesso aos bens e serviços públicos) (SALAMA E DESTREMAU, 1999, p. 74).

Quando uma ou mais necessidades, consideradas fundamentais não forem satisfeitas, a família será considerada pobre. A abordagem das necessidades básicas insatisfeitas – NBI possui como principal característica a universalidade, uma vez que estas são necessidades de todo indivíduo (SALAMA E DESTREMAU, 1999).

### 1.2.3 Pobreza Multidimensional

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH apresentado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD é um indicador multidimensional e tem o objetivo de caracterizar os aspectos fundamentais do desenvolvimento humano, ressaltando as oportunidades que os indivíduos devem ter na vida de forma a permiti-los a opção de inserção social (SALAMA E DESTREMAU, 1999).

Através do IDH a avaliação das condições vida dos indivíduos, depende do acesso que possuem aos diferenciados bens indispensáveis para suprir suas necessidades básicas, incluindo além da renda per capita, também saúde, educação e expectativa de vida. Para a análise da pobreza, essa noção está associada à idéia de que pobres são aqueles que possuem oportunidades mais limitadas, seja por falta de saúde, falta de acesso à renda ou falta de acesso à educação. Esses aspectos constituem meios importantes para a possibilidade de aumento das escolhas individuais.

A questão central é a qualidade da vida que podemos levar. A necessidade de possuir mercadorias para que se alcance um determinado patamar de condições de vida varia grandemente segundo características fisiológicas, sociais e culturais, além de outras igualmente contingentes [...] O valor do padrão de vida repousa na vida, e não na posse de mercadorias, a qual tem relevância derivada e variável. (KERSTENETZKY, 2000 p. 118 apud SEN, 1990, p. 25).

O IDH é uma medida de desenvolvimento humano que foca em três elementos: longevidade, conhecimento e um padrão digno de vida. A mensuração da dimensão longevidade tem como base os dados sobre esperança de vida ao nascer. Para a avaliação da dimensão educação, é considerado o índice de alfabetização de adultos com uma ponderação de  $2/3$ , e a taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino com uma ponderação de  $1/3$ . Para medir a dimensão padrão digno de vida, utiliza-se o PIB real per capita em dólar pela paridade do poder de compra - PPC. (RDH, 1999).

Somando o resultado dos três índices - educação, longevidade e renda - e dividindo por três encontra-se o IDH procurado. A classificação utilizada pelo PNUD no Relatório de Desenvolvimento Humano divide-se de acordo com as seguintes categorias:

- IDH entre 0 e 0,499 são considerados de baixo desenvolvimento humano;
- IDH entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano;
- IDH entre 0,800 e 1 são considerados de alto desenvolvimento.

De acordo LOBO (2005), o IDH não trouxe a solução adequada para a comparação e monitoramento da pobreza, uma vez que os três indicadores que o compõem disfarçam a ocorrência de grandes disparidades da população como um todo. Para captar os problemas distributivos, o PNUD apresentou em 1997 um novo índice denominado Índice de Pobreza Humana – IPH, utilizado para medir a vulnerabilidade e outras carências da vida humana.

O IPH – 1 é composto dos seguintes indicadores sociais: percentual de pessoas com esperança de vida inferior a 40 anos, proporção de adultos analfabetos e pela média entre a proporção da população sem acesso à água tratada e a proporção de crianças menores de cinco anos com desnutrição.

O IPH – 2, calculado em países desenvolvidos, também é composto pelo indicador de esperança de vida inferior a 60 anos e de alfabetização e abrange outros dois indicadores: proporção de indivíduos com renda per capita abaixo de 50% da renda média do país e a taxa de desemprego de mais de 12 anos. É um indicador que mostra a importância da renda na identificação dos pobres nos países industrializados (LOBO, 2005).

### 1.3 POBREZA E DESIGUALDADE DE RENDA

O combate à pobreza requer o aumento da renda dos considerados pobres, podendo ocorrer por um aumento geral na renda ou por um processo redistributivo, no qual a renda dos pobres cresce devido à redução da renda dos não-pobres. Contudo, estas possibilidades levam a um dilema a ser enfrentado, no curto-prazo, pelos formuladores de políticas, qual seja, reduzir a desigualdade versus aumentar o volume de recursos (BARROS ET AL., 2002).

Para TOLOSA (2005), estudos revelam que a pobreza tende a ser mais sensível a alterações na desigualdade de renda do que às variações no crescimento econômico, uma vez que a última demora mais tempo para produzir resultados na redução da pobreza. Segundo ROCHA (2000), a extrema desigualdade na distribuição de renda, está fortemente associada à persistência da pobreza absoluta no Brasil.

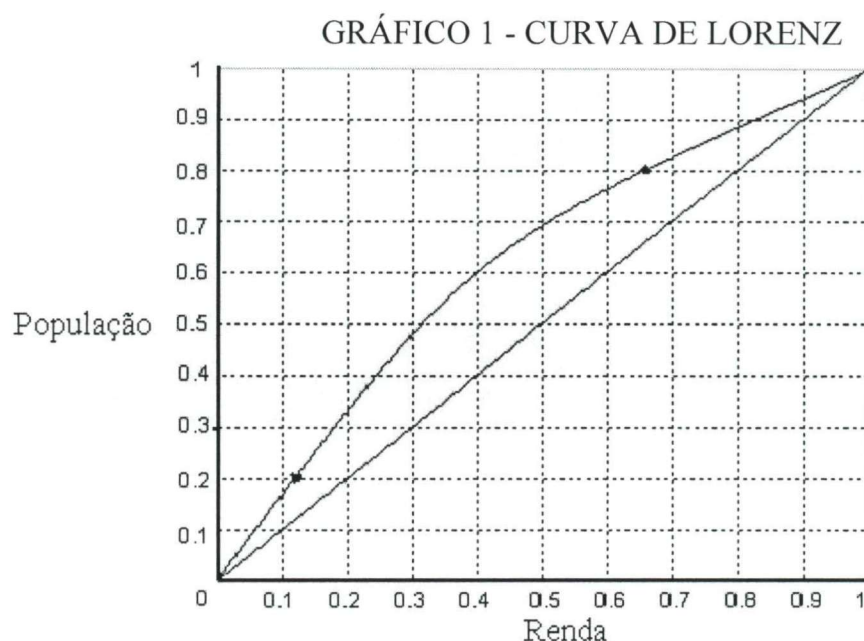
De acordo com HOFFMANN (2001, p.44), existem três distribuições diferentes que podem ser analisadas na distribuição da renda:

- a) Os rendimentos em dinheiro e em espécie da população economicamente ativa - PEA, ou seja, as pessoas ocupadas e as que tomaram alguma providência real em busca de trabalho no período de referência da pesquisa nacional por amostra de domicílios – PNAD;
- b) A soma do rendimento familiar, levando em consideração pessoas de referência, cônjuge, filho, outro parente e agregado.
- c) O rendimento familiar per capita de pessoas de famílias residentes em domicílios particulares, que é obtido através da divisão entre o rendimento da família pelo número de pessoas que a integram.

Um dos indicadores de desigualdade mais utilizados, segundo JANNUZZI (2001), é o Índice de Gini, pela facilidade de entendimento de seu significado. Numericamente varia de zero a um, onde zero representa a situação de igualdade de renda completa em uma sociedade e um está no extremo oposto e representa que uma pessoa só

detém toda a riqueza disponível. Quanto mais próximo de um pior é a distribuição de renda.

O Índice de Gini é construído a partir da Curva de Lorenz. De acordo com SALAMA E DESTREMAU (1999, p. 32), “A Curva de Lorenz relaciona a porcentagem acumulada em ordem crescente da população tal como a porcentagem acumulada do rendimento total”. O eixo vertical representa a porcentagem acumulada de pessoas que recebem até um determinado nível, e no eixo horizontal, a porcentagem acumulada da renda agregada calculada para cada porcentagem da população.



FONTE: SANDRONI (2002, p. 355).

No exemplo do Gráfico 1, a curva mostra que 20% da população recebem em torno de 12% da renda e 80% da população recebem 66% da renda. Quando todos os indivíduos ganham em perfeita igualdade, o gráfico seria representado pela reta de 45 graus. Nesse caso, a proporção da renda apropriada é igual à proporção acumulada da população: 10% da população ganha 10% da renda, 20% da população ganha 20% da renda e assim por diante. Quanto mais a curva de Lorenz se aproxima da diagonal, menor é a desigualdade do país e quanto mais distante, mais desigual é a distribuição da renda.

O Índice de Theil é outro indicador utilizado para analisar a distribuição da renda. De acordo com SALAMA E DESTREMAU (1999), apresenta a vantagem de ser decomposto, o que possibilita relacionar, por exemplo, educação, idade, setor e categoria de emprego, com a existência da pobreza. Assim, pode-se identificar qual fator melhor explica as desigualdades e buscar combatê-la através de políticas voltadas a esse fator.

Segundo ROCHA (2000), há duas maneiras de derivar indicadores de pobreza, dadas a distribuição dos rendimentos e a linha da pobreza. A proporção de pobres, é o indicador mais utilizado que, se refere ao número de pobres, isto é, ao número de indivíduos cuja renda familiar per capita é inferior à linha de pobreza, em relação ao total da população. Já o hiato de renda informa sobre a intensidade da pobreza, ou seja, o desvio médio da renda dos pobres em relação ao valor de referência dado pela linha de pobreza.

De acordo com ANDRADE E SERRA (2001), para medir a proporção de pobres, o índice mais comumente usado é aquele que mede o nível da pobreza através da porcentagem de pobres em uma população, e é expressa por  $NP = P/n$ , onde  $NP$  é o nível de pobreza,  $P$  o número de pobres e  $n$  o número de indivíduos na população.

Para ANDRADE E SERRA (2001), esse índice não é a medida ideal de pobreza, uma vez que somente mede a porcentagem da população que, devido à carência de recursos, são consideradas pobres, sem abranger a forma como a renda é distribuída e a distância existente entre os pobres da linha da pobreza. Porém é uma forma simplificada de representar o percentual de pobres de uma sociedade.

A intensidade da pobreza, de acordo com o Atlas IDH - 2000, mede a distância que separa a renda domiciliar per capita média dos indivíduos pobres do valor da linha da pobreza, medida em termos de percentual do valor dessa linha de pobreza. Trata-se de um indicador mais interessante que a proporção de pobres por diferenciar o muito pobre do pouco pobre.

#### 1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo verificou-se que o conceito de pobreza é bastante complexo, assim como é variada a sua forma de mensuração. Como não há um conjunto de indicadores capazes de mostrar todos os aspectos da pobreza, deve-se escolher aquele que melhor caracterize a manifestação pobreza de uma região ou país.

O aspecto monetário ou unidimensional da pobreza ainda é bastante utilizado através das linhas da pobreza principalmente para avaliar a pobreza nas áreas urbanas. Assim, adotando uma linha de pobreza oficial no país, é possível acompanhar as políticas governamentais de distribuição da renda.

Os indicadores multidimensionais conseguem abranger, além da renda, outros aspectos da pobreza, como educação, saúde, entre outros e servem como instrumento de controle da melhoria das condições de vida da população.

## 2 ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DO PARANÁ

Este capítulo tem por objetivo apresentar as mudanças econômicas e sociais do Paraná nos últimos anos e sua atual realidade. Na primeira parte, uma breve retrospectiva das principais transformações econômicas e a segunda parte apresenta os indicadores demográficos e sociais, com ênfase na pobreza e distribuição de renda.

### 2.1 CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS

Até o início da década de 70 o crescimento da população do Paraná esteve associado ao aumento da população rural, que demandava mão-de-obra, devido principalmente, à expansão cafeeira. O desenvolvimento do Estado estava relacionado a uma economia baseada na agricultura que, embora dinâmica e diversificada, utilizava tecnologia rudimentar. O Paraná era somente um produtor de bens primários, principalmente destinados à exportação (IPARDES, 2003b).

A partir da década de 70, porém, o crescimento da população rural começou a sofrer grande redução enquanto que a população urbana apresentou aumento significativo. A economia e a demografia Paranaense passaram por um processo de mudanças devido à modernização e a industrialização. Com o processo de industrialização o Estado do Paraná alcançou dinamismo econômico, porém a existência de questões sociais como o êxodo rural e a pobreza urbana se tornaram preocupantes (IPARDES, 2003b).

O Panorama da indústria paranaense altera-se profundamente nos anos 70, conformando-se um moderno complexo agroindústria e um embrião da indústria metal-mecânica na região metropolitana de Curitiba (RMC). Note-se, em primeiro lugar, o vigor do crescimento industrial, que deixa para trás a agricultura na geração de produto e renda estaduais e atinge 6,35% do valor da produção industrial brasileira em 1980 (VASCONCELOS E CASTRO, 1999, p.9).

Neste período surge a agroindústria, fazendo com que atividades tradicionais, como beneficiamento de café e madeira, perdessem importância, ganhando peso produtos

que exigem maior elaboração de matéria-prima: alimentos (café solúvel, frigoríficos e óleos refinados), madeira (aglomerados e chapa) e minerais (cimento e fibrocimento) (VASCONCELOS E CASTRO, 1999).

Na década de 70, inicia o avanço da indústria localizada na Região Metropolitana de Curitiba, com uso de escalas de produção e tecnologias modernas, como a indústria metal-mecânica, eletro-eletrônica, química e automotiva, concorrendo nacional e internacionalmente. As cidades do interior concentram produtos da agroindústria, dependentes da proximidade da produção de matérias-primas (VASCONCELOS E CASTRO, 1999).

Na década de 80, a economia paranaense avançou mais rapidamente que a nacional. A agropecuária aumentou sua produção através de incrementos de produtividade. A indústria também evoluiu, com forte dinamismo em produtos como material elétrico e de comunicação, mecânica, papel, química e matéria de transporte. Na agroindústria destacam-se os setores de carne, café solúvel, óleos vegetais e laticínios, voltados para exportação e para o mercado interno (VASCONCELOS E CASTRO, 1999).

Mesmo durante a década de 80, quando a nação sofreu com a inflação crônica, a instabilidade, a recessão e a falta de investimentos, o Paraná apresentou transformações na sua base produtiva, adensamento indústria e uma performance freqüentemente superior à brasileira, afetando, também, sua população com a geração de enormes fluxos demográficos e acentuando processos de urbanização com carências sociais (VASCONCELOS E CASTRO, 1999, p.7).

Nas últimas décadas o padrão industrial, devido ao cenário internacional, passou por uma transição marcada pela hiper-valorização da competitividade e pela proliferação de novos produtos e serviços financeiros. Assim, os agentes econômicos do país precisaram se adaptar as novas condições vigentes .

O Estado do Paraná também passou por estas transformações com a construção de um perfil produtivo com presença maior de setores de bens de consumo durável e de capital e uma intensa redistribuição patrimonial, envolvendo fusões e privatizações de serviços de infra-estrutura. Os fluxos migratórios acentuados, o mercado de trabalho

menos sensível aos investimentos industriais e a expansão da informalidade provocou uma configuração regional muito desigual como resultado de todas essas mudanças (VASCONCELOS E CASTRO, 1999).

Ao final dos anos 1980, a economia paranaense teve significativo aumento no grau de inserção na economia brasileira e na economia internacional, dinamizando as vendas e compras nesses mercados também ampliados e atribuindo importância a produtos dos segmentos mais modernos em detrimento dos tradicionais (IPARDES, 2006).

Nos anos 1990, as condições macroeconômicas favoráveis, como estabilização monetária e o retorno do investimento direto estrangeiro, possibilitaram implementar uma política de atração industrial, que se combina a importantes vantagens locais, como proximidade do mercado do sudeste e do Porto de Paranaguá, a oferta de infra-estrutura: energia, telecomunicações, aeroporto internacional e rodovias, dentre outras (IPARDES, 2006).

Esse conjunto de fatores propiciou um ciclo de expansão de empresas de grande porte no Estado, principalmente das sediadas na Região Metropolitana de Curitiba. Destaca-se a instalação de grandes montadoras (Renault, Volkswagen/Audi e a Chrysler que já encerrou suas atividades). Como resultado ocorreu a ampliação do segmento metalmeccânico do gênero de transporte e a atração de grande número de fornecedores e empresas complementares (IPARDES, 2006).

Ao longo da década de 90 o crescimento econômico do Paraná foi considerado moderado. O Produto Interno Bruto – PIB expandiu-se à taxa anual de 3,4%, ligeiramente superior a do Brasil que foi cerca de 3%. O Estado se mantém como a quinta economia no país, participando com 6% do PIB nacional. Em 2000 o PIB do Estado estava assim distribuído: 14% agricultura, 41% indústria e 45% serviços (IPARDES, 2003b).

## 2.2 INDICADORES SOCIAIS

Os indicadores sociais permitem verificar os efeitos provocados pelas transformações econômicas. Esses indicadores são recursos metodológicos, que informam algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. O objetivo deste subcapítulo é verificar a evolução dos indicadores sociais do Paraná, mais especificamente no que se refere à alteração demográfica, desigualdade e pobreza.

### 2.2.1. Demografia

Nos anos 90 o crescimento populacional do Paraná foi superior ao observado nas duas décadas anteriores. Para VASCONCELOS E CASTRO (1999), isso se deve à redução da emigração, antes causada pela diminuição das oportunidades de trabalho nas áreas agrícolas e nos mercados de trabalho urbanos. Os problemas sociais, porém, continuaram e estimularam deslocamentos dentro do Estado em direção a áreas mais dinâmicas.

A dinâmica de crescimento populacional do Paraná está bastante relacionada ao processo migratório, mudanças no tamanho das famílias e no comportamento da mortalidade da população. “Certamente, a intensidade dos fluxos migratórios estaduais ajuda a explicar o fenômeno da pobreza e é causadora, em grande medida, das altas taxas de urbanização verificadas” (VASCONCELOS E CASTRO, 1999, p. 14).

Em 2000 a população paranaense era de cerca de 9.563.458 habitantes ou 5,63% da população brasileira e desse total, 7.786.084 pessoas viviam em regiões urbanas. Entre 1991 e 2000, a população urbana obteve crescimento de 25,6%, enquanto na área rural houve um decréscimo de 21%.

TABELA 1 – POPULAÇÃO RURAL, URBANA E TOTAL EM ABSOLUTO, VARIÇÃO PERCENTUAL E TAXA DE URBANIZAÇÃO - 1980,1991, 2000

Anos	Rural		Urbana		Total		Taxa de Urbanização
	Absoluto	Varição	Absoluto	Varição	Absoluto	Varição	
1980	3.157.000		4.474.000		7.630.000		58,6%
		-28,7%		38,5%		10,73%	
1991	2.250.760		6.197.953		8.448.713		73,4%
		-21,0%		25,6%		13,19%	
2000	1.777.374		7.786.084		9.563.458		81,4%

FONTE: Elaboração própria, a partir do Atlas IDH – 2000 e IPEADATA.

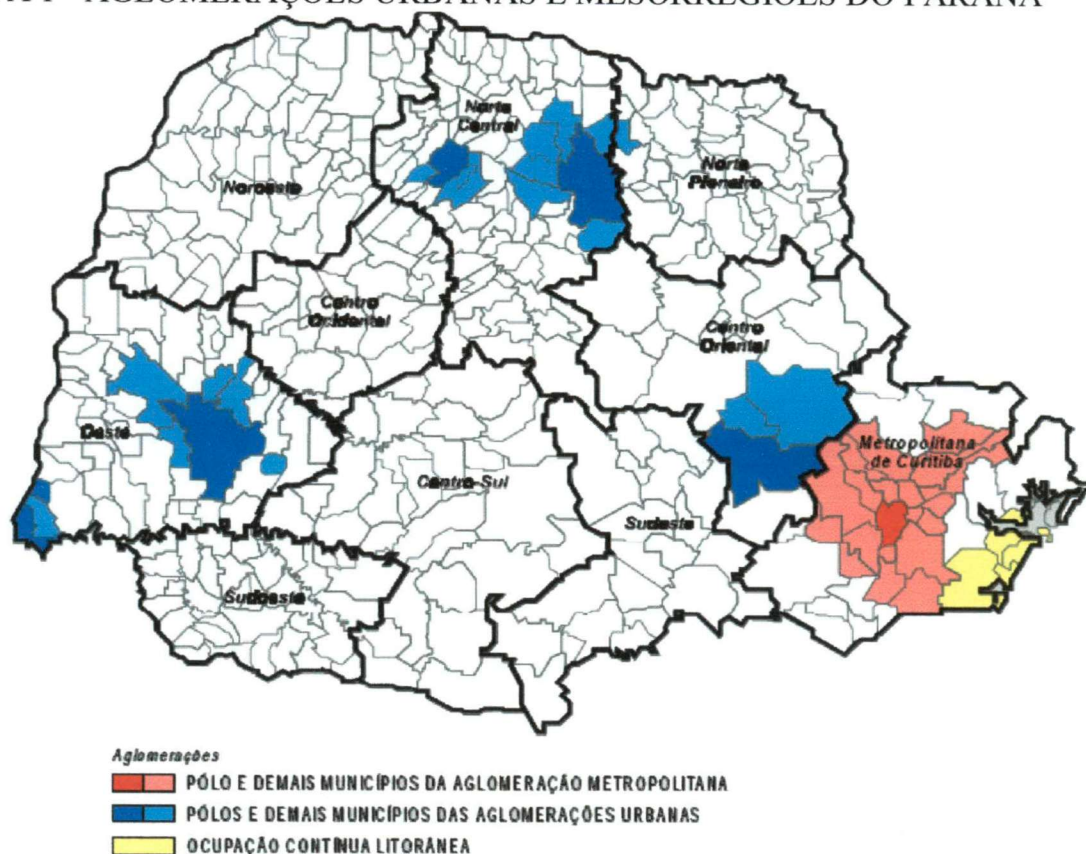
O Estado vem passando por grandes mudanças demográficas, com a população urbana se tornando acentuadamente maior do que a rural. No censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em 1970, 36,1% da população do Estado vivia em regiões urbanas. Em 1980, o percentual subiu para 58,6%, em 1991 para 73,4% e em 2000 apresentou 81,4% de sua população morando no meio urbano. Em duas décadas, a população rural reduziu quase pela metade, enquanto que a população urbana aumentou em 74%.

O Paraná urbanizou-se rápida e intensamente a partir da segunda metade do século XX o que, trouxe além de benefícios e avanços também problemas e precarizações, afetando as pessoas, o ambiente e as estruturas de poder (IPARDES, 2004).

O desenvolvimento das cidades amplia a oferta de bens e serviços e também proporciona à população maiores oportunidades, como inovação, trabalho e cultura. Junto com isso, porém, aparece a pobreza e a desigualdade demonstrando as dificuldades das cidades ampliarem sua estrutura física na mesma velocidade.

O Estado é dividido em dez mesorregiões geográficas, que são diferentes em relação as sua composição municipal, populacional, grau de urbanização e dinâmica de crescimento. Com isso, análises evidenciam a existência de indicadores sociais críticos e mostram que em cada região, a desigualdade nas condições de vida da população é causada por problemas específicos.

MAPA 1 - AGLOMERAÇÕES URBANAS E MESORREGIÕES DO PARANÁ



FONTE: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (2003b).

O crescimento demográfico diferenciado revela um perfil concentrado de população no Estado, devido ao destaque de alguns municípios com funções polarizadoras na rede urbana estadual (IPARDES, 2004). Destacam-se as aglomerações formadas por Ponta Grossa no Centro-Oriental, Londrina e Maringá no Norte Central, Foz do Iguaçu e Cascavel no Oeste e a maior de todas formada pela Capital Metropolitana e por Paranaguá no litoral paranaense.

O crescimento populacional orientado pela urbanização apresenta aglomerações de municípios com crescimento populacional elevado, superior à média do Estado. Nessas áreas as demandas sociais aumentam e se tornam mais complexas, exigindo políticas especiais para atendê-las. Por outro lado, verificam-se municípios apresentando decréscimo de população.

TABELA 2 – MUNICÍPIOS, GRAU DE URBANIZAÇÃO, POPULAÇÃO E TAXA DE CRESCIMENTO - PARANÁ E MESORREGIÕES - 1991 A 2000

MESORREGIÃO	Nº de Municípios	População Total 1991	População Total 2000	Tx. Cresc. Pop. total 1991-2000 (% a.a.)	Grau de Urbanização 2000
Noroeste	61	655.510	641.084	-0,25	77,3
Centro-Occidental	25	387.453	346.648	-1,25	72,6
Norte Central	79	1.638.680	1.829.068	1,24	88,4
Norte Pioneiro	46	536.467	528.631	-0,15	75,1
Centro-Oriental	14	547.560	623.356	1,46	81,2
Oeste	50	1.016.484	1.138.582	1,28	81,6
Sudoeste	37	478.127	472.626	-0,13	59,9
Centro-Sul	29	501.861	533.317	0,69	60,9
Sudeste	21	348.189	377.274	0,89	53,6
Metropolitana	37	2.319.529	3.053.313	3,13	90,6
Paraná	399	8.429.860	9.563.458	1,40	81,4

FONTE: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (2004). Extraída e adaptada.

Entre 1991 e 2000, a mesorregião Metropolitana de Curitiba apresentou significativa taxa média de crescimento anual da população de 3,1%. Outras três mesorregiões que apresentaram taxas superiores a 1% ao ano foram Centro-Oriental, Norte Central e Oeste. Apresentando comportamento oposto, as mesorregiões: Sudoeste, Norte Pioneiro, Noroeste e Centro-Occidental mostram diminuição de população, principalmente a última.

Três das mesorregiões apresentam grau de urbanização maior que o Estado (81,4): Norte Central, Oeste e Metropolitana de Curitiba, com destaque para a última (90,6). A mesorregião Centro-Oriental apresenta um processo de urbanização bem parecido com o Paraná, ficando pouco abaixo da média. As demais mesorregiões: Sudeste, Sudoeste, Centro-Sul, Norte Pioneiro e Centro-Occidental apresentaram grau de urbanização inferior à do Paraná, sendo que a primeira apresentou o menor índice do Estado (53,6).

## 2.2.2 Renda, Pobreza e Desenvolvimento Humano

Entre 1992 e 2001, o número de pessoas inseridas no mercado de trabalho no Paraná, aumentou 15,9%, nesse mesmo período o número de desempregados aumentou em 66,1%. O aumento do desemprego foi mais acentuado entre as mulheres e jovens, o que revela a dificuldade de as famílias ampliarem o número de pessoas da família no mercado de trabalho, importante em períodos de dificuldades (IPARDES, 2003a).

Entre os chefes de famílias, é maior a taxa de desemprego daqueles que estão em situação de pobreza, particularmente os residentes em áreas urbanas e quando inseridos no mercado de trabalho ocupam as piores posições. Um agravante é o baixo nível de escolaridade dos responsáveis pobres (IPARDES, 2003a).

TABELA 3 – RENDA FAMILIAR PER CAPITA MÉDIA, DOS ESTADOS DA REGIÃO SUL E BRASIL

	1991	2000	VARIAÇÃO
PARANÁ	226,29	321,39	42%
RIO GRANDE DO SUL	261,30	357,74	37%
SANTA CATARINA	232,27	348,72	50%
BRASIL	230,30	297,23	29%

FONTE: Elaboração própria a partir do Atlas IDH - 2000.

NOTA: Valores em Reais constantes em agosto de 2000, deflacionados pelo IBGE através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Os diversos planos econômicos e mudanças monetárias, além da oscilação no poder de compra do salário mínimo, dificultam a análise do indicador da linha da pobreza nacional. Ao se ajustar o valor do salário para o mesmo poder de compra de 2000, a proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza vem reduzindo gradativamente desde 1990.

A renda familiar per capita média do Paraná, que era inferior ao país em 1991, teve significativa elevação ao longo da década (42%), permitindo manter a posição de sexta melhor renda familiar per capita do Brasil. Apesar do crescimento registrado, em 2000 o Estado ainda o apresentava a menor renda familiar per capita, em relação aos demais estados da região Sul.

TABELA 4 – PERCENTUAL DE PESSOAS POBRES DOS ESTADOS DO SUL

ESTADO	POBRES, 1991 (%)	POBRES, 2000 (%)	VARIAÇÃO (%) 1991 - 2000
PARANÁ	34,85	23,69	- 32,0
RIO GRANDE DO SUL	28,77	19,69	- 31,6
SANTA CATARINA	27,10	16,24	- 40,1
BRASIL	40,08	32,75	- 18,3

FONTE: Elaboração própria, a partir do Atlas IDH – 2000.

Comparando o percentual de pobreza do Estado em relação aos três estados da região sul, verificamos que entre 1991 e 2000 o Paraná conseguiu redução de 32% da pobreza, um resultado bastante significativo uma vez que apresentava em 1991, números muito superiores aos demais. Verifica-se, porém, que o Estado ainda se mantém com maior número de pobres da Região Sul com aproximadamente 23,7%.

TABELA 5 – NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DE FAMÍLIAS E PESSOAS POBRES, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO – PARANÁ - 2000

UNIDADE DE ANÁLISE	TOTAL DE FAMÍLIAS	FAMÍLIAS POBRES
Famílias	2.824.383	589.420
Urbano (%)	85,97	67,07
Rural (%)	17,03	32,93
Pessoas	9.530.071	2.322.578
Urbano (%)	81,36	64,52
Rural (%)	14,64	35,48

FONTE: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, 2003a.

O Paraná abriga mais de 2,3 milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza. desse total, 64,52% residem em áreas urbanas e 35,48% em áreas rurais. Em 1990, mais da metade das famílias não possuíam renda suficiente para comprar uma cesta básica per capita. Esse quadro aos poucos está se modificando no Estado, sendo que, em 2000, o percentual de famílias nessa condição passou para 20,87% (IPARDES, 2003a).

Os dados do IPARDES (2003a), revelaram que no Paraná em 2000, o equivalente a 589.420 famílias ou 20,87% das famílias viviam em situação de pobreza. Do total destas famílias, 67,07% residem em áreas urbanas, 21,85% residem na região metropolitana de

Curitiba, 16,28% na Mesorregião Norte-Central Paranaense, e 12,03% na Mesorregião Oeste Paranaense.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH, 1999), da renda total gerada em unidade territorial, pouco se destinava às camadas mais pobres da população. A redução da fome e da miséria passa pela elevação da renda dos mais pobres, mas também por uma distribuição de renda mais igualitária.

TABELA 6 - FAMÍLIAS POBRES E TAXA DE POBREZA, SEGUNDO MESORREGIÃO – PARANÁ - 2000

MESORREGIÃO	TOTAL DE FAMÍLIAS		FAMÍLIAS POBRES		TAXA DE POBREZA
	Absoluto	%	Absoluto	%	%
Centro-Occidental	102.135	3,62	32.320	5,48	31,64
Centro-Oriental	181.388	6,42	46.780	7,94	25,79
Centro-Sul	145.418	5,15	53.777	9,12	36,98
Metropolitana	911.212	32,26	128.801	21,85	14,14
Noroeste	193.728	6,86	46.110	7,82	23,80
Norte-Central	551.328	19,52	95.928	16,28	17,40
Norte Pioneiro	164.690	5,83	44.590	7,56	27,07
Oeste	331.742	11,74	70.928	12,03	21,38
Sudeste	104.899	3,71	34.904	5,92	33,27
Sudoeste	137.842	4,89	35.281	5,99	25,60
Paraná	2.824.383	100,00	589.420	100,00	20,87

FONTE: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, 2003a.

As Mesorregiões Centro-Sul, Sudeste e Centro-Occidental se destacam por apresentar proporção de famílias pobres superior a 30% do total de famílias. As Mesorregiões Metropolitana e Norte-Central concentram mais de 50% do total de famílias e apresentam a menor número relativo de famílias pobres do Estado, com 31% em 2000.

Aproximadamente 9,3 % da população paranaense viviam abaixo da linha da indigência em 2000, e a população que estava acima da linha da indigência, mas abaixo da de pobreza, representava 14,4%. Entre 1990 e 2000, houve elevação no índice de desigualdade no país e no Paraná o índice de Gini revelou aumento menos significativo: de 0,60 para 0,61.

TABELA 7 – PERCENTUAL E INTENSIDADE DA POBREZA E DA INDIGÊNCIA E ÍNDICE DE GINI – PARANÁ E BRASIL – 1991 E 2000

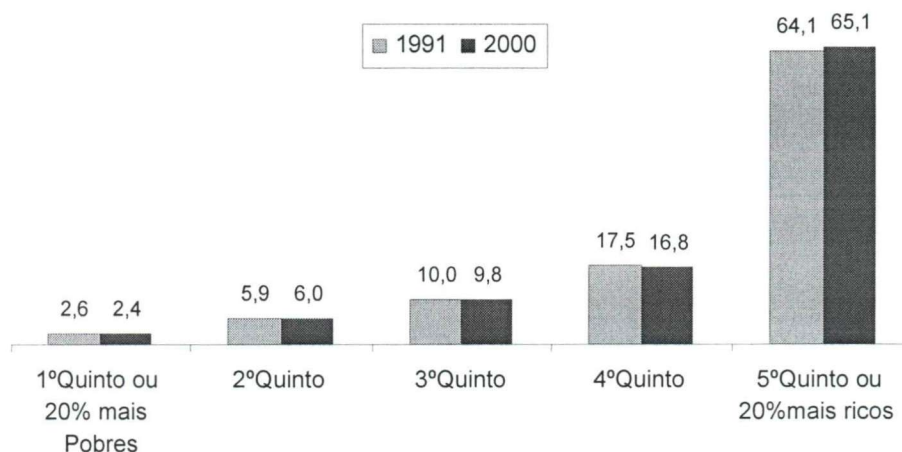
	Período	Indigência (%)	Pobreza (%)	Intensidade Pobreza	Intensidade Indigência	Índice de Gini
Paraná	1991	14,10	34,86	43,13	37,27	0,60
	2000	9,27	23,69	42,32	51,15	0,61
Brasil	1991	20,24	40,08	49,18	42,04	0,63
	2000	16,32	32,75	40,68	53,87	0,65

FONTE: Elaboração própria, a partir do Atlas IDH – 2000.

No período analisado, houve queda da intensidade da pobreza, ou seja, a distância que separa a renda domiciliar per capita média dos indivíduos pobres do valor de linha de pobreza diminuiu de forma considerável no Brasil, porém no Estado a redução foi bem pouco significativa de 43,13 para 42,32.

Em relação à intensidade da indigência verifica-se um importante aumento nas duas esferas, sendo que, no Paraná essa diferença passou 37,27 para 51,15 (Tabela 7). Esses dados mostram que, apesar de ter ocorrido aumento da renda per capita média da população paranaense, esse acréscimo não teve efeito sobre a renda per capita média daqueles indivíduos que têm rendimentos inferiores à  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo.

GRÁFICO 2 – PORCENTAGEM DA RENDA DOMICILIAR APROPRIADA POR FAIXAS DA POPULAÇÃO DO PARANÁ – 1991 E 2000



FONTE: Elaboração própria, a partir do Atlas IDH – 2000.

No Paraná, entre 1991 e 2000, a renda domiciliar apropriada pelas parcelas mais pobres não teve nenhum aumento, pelo contrário, diminuiu. Já a parcela mais rica, aumentou ainda mais. Em 2000, enquanto os 20% mais pobres ficavam apenas com 2,4% da renda, os 20% mais ricos possuíam 65,1%, diferença de 27 vezes entre os dois quintos.

Nas aglomerações urbanas é grande a desigualdade social, devido à carência de emprego, concentração de renda e o aumento da demanda por moradia. Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2000 – IDH-M, o Paraná ocupa a sexta posição no ranking brasileiro, mostrando uma evolução positiva na última década.

**TABELA 8 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH-M**

	PARANÁ		BRASIL	
	1991	2000	1991	2000
IDH - M	0,711	0,787	0,696	0,766
Educação	0,778	0,879	0,745	0,849
Longevidade	0,678	0,747	0,662	0,727
Renda	0,678	0,736	0,681	0,723

FONTE: Elaboração própria a partir do Atlas IDH – 2000.

No período de 1991 a 2000, o IDH-M do Paraná cresceu 10,69%, passando de 0,711 em 1991 para 0,787 em 2000. Mantendo esta taxa de crescimento o Estado levaria seis anos para alcançar o Estado com melhor IDH-M do Brasil, o Distrito Federal com 0,844 (IPARDES, 2004).

Comparativamente aos demais estados da região sul, o Paraná apresenta posição desfavorável atrás de Santa Catarina com IDH-M de 0,822 e Rio Grande do Sul com 0,814. Dos sub-índices que compõe o IDH-M do Paraná a educação apresenta o melhor resultado, com índice de 0,879. A longevidade apresenta índice de 0,747, com expectativa de vida ao nascer de 69,83 anos. A renda per capita com média de R\$ 321,39 revelou um índice de 0,736.

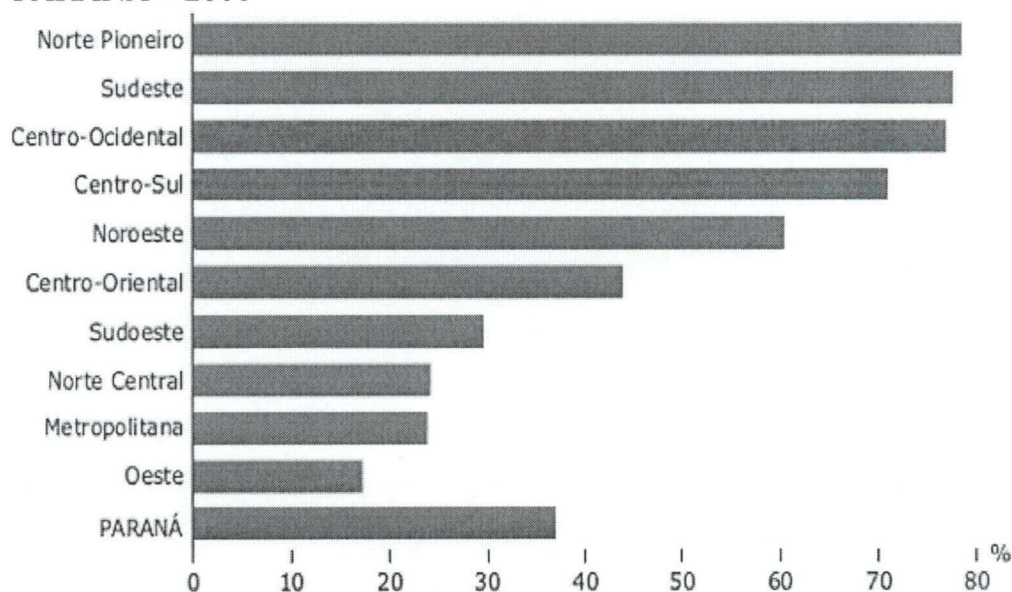
O Estado apresenta grandes desigualdades inter e intra-regionais características do subdesenvolvimento. As regiões são diferentes por estarem condicionadas pelas

diferentes possibilidades dos investimentos econômicos, políticos ou culturais (IPARDES, 2006).

O Paraná encontra-se numa posição desfavorável, concentrando o maior número de municípios com IDH-M muito inferior ao Brasil. Segundo o IPARDES (2004), mais de 70% dos municípios do Paraná têm o IDH inferior ao do Brasil.

Em relação à distribuição, 33% da população paranaense moram em municípios com IDH-M inferior ao Brasil, enquanto que nos demais estados, os municípios nessa condição abrigam menos de 10% de sua respectiva população. Por outro lado, enquanto no Paraná apenas 37% da população vive em municípios com índices de alto desenvolvimento, em outros estados a proporção é de 60% , sendo que em São Paulo e Santa Catarina atinge 72% (IPARDES, 2004).

GRÁFICO 3 – PERCENTUAL DE PESSOAS QUE RESIDEM EM MUNICÍPIOS COM IDH-M ABAIXO DA MÉDIA BRASILEIRA, SEGUNDO MESORREGIÕES E PARANÁ – 2000



FONTE: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, 2004.

Referente às condições sociais da população, das mesorregiões, analisadas através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M, verifica-se que é grande a manifestação de desigualdades regionais no Estado. Em algumas mesorregiões grande

quantidade de população vive em municípios com IDH-M superior ao índice do Brasil (0,764), como as mesorregiões Oeste, Metropolitana e Norte Central. Porém, em outras a maioria da população vive em municípios com índice inferior a esse patamar como na Centro-Occidental, Sudeste e Norte Pioneiro (IPARDES, 2004).

### 2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas o Paraná iniciou um forte processo de urbanização, com deslocamento da população das áreas rurais para áreas urbanas, em busca de melhores condições de vida. Isso se deve em grande parte à mecanização da agricultura com conseqüente diminuição do emprego nas áreas rurais e pela industrialização motivando a saída das pessoas em busca de novas oportunidades de trabalho.

A pobreza é expressiva tanto no meio rural como urbano. Em regiões com baixas taxas de pobreza é possível observar volumes expressivos de famílias pobres, particularmente nas mesorregiões onde se encontram as maiores aglomerações urbanas.

O nível de pobreza no Paraná se comparado com os demais estados brasileiros pode ser considerado pequeno. No entanto, existem regiões que apresentam baixo desenvolvimento e famílias vivendo com rendimentos muito abaixo da média. Constatase que é grande dificuldade conciliar crescimento econômico e simultaneamente diminuir as desigualdades sociais, o que resulta em elevados índices de pobreza.

Algumas regiões apresentam indicadores que estão entre os melhores do país, porém em outras é possível verificar que é grande necessidade de políticas que priorizem a melhoria das condições sociais, reveladas bem abaixo da média do Estado. Essas diferenças implicam demandas sociais específicas e políticas públicas que levem em conta suas particularidades no combate a pobreza.

### 3 CIDADES MÉDIAS PARANAENSES

Diversos estudos vêm mostrando o papel importante desempenhado pelas cidades médias como alternativa de uma melhor qualidade de vida, com capacidade de receber fluxos de investimentos e populacionais, por conta não apenas das economias de aglomeração ali existentes, mas também devido a pouca incidência de deseconomias, que estão presentes nos grandes centros urbanos.

Para melhor interpretação dos resultados deste estudo é importante esclarecer que em relação ao termo “cidade média”, as variáveis levantadas referem-se ao total do município, incluindo populações das áreas rurais, procurando tomar a cidade em conjunto com a sua região de influência.

Este capítulo tem por objetivo mostrar as dimensões da pobreza nas cidades médias paranaenses. A primeira parte apresenta como se classificam e importância das cidades médias. Na segunda parte encontra-se uma síntese do comportamento da pobreza nas cidades médias não metropolitanas em relação ao Estado e à região metropolitana. A última parte apresenta regressões e análise dos resultados utilizando a renda e o número de habitantes para explicar os níveis de pobreza e indigência nas cidades médias comparativamente com as demais cidades do Estado.

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO E IMPORTÂNCIA DAS CIDADES MÉDIAS

Com o objetivo de operacionalizar a definição de cidade média, ANDRADE E SERRA (2001) propõe um critério de tamanho da população entre 100 mil e 500 mil habitantes. Segundo o autor, essa parametrização é capaz de englobar centros que já possuem escala urbana de atividades econômicas que podem gerar economias de aglomeração, mas não são significativamente afetados por deseconomias de aglomeração. Assim, é definido como cidades de porte médio aquelas com população urbana de 100 a 500 mil habitantes no Censo demográfico de 2000.

Para ANDRADE E SERRA (2001), as cidades médias devem ser diferenciadas dos pequenos centros urbanos por existir nelas condições materiais necessárias, como uma infra-estrutura básica e um mercado potencial, para a localização das atividades econômicas de maior escala produtiva, como as atividades industriais.

As cidades de porte médio devem ter um nível de concentração produtiva que não seja gerador de deseconomias de aglomeração aos níveis existentes nas grandes concentrações urbanas. Assim, são considerados centros urbanos sem as desvantagens das metrópoles e ao mesmo tempo sem as desvantagens das pequenas cidades, relacionadas à ausência de economias externas (ANDRADE E SERRA, 2001).

A preocupação com as cidades médias surge da necessidade em diminuir o fluxo migratório em direção das grandes cidades e evitar o aumento dos graves problemas sociais já existentes nos grandes centros urbanos. A focalização das cidades médias em vez das cidades pequenas é sustentada pela necessidade de escala mínima urbana.

ANDRADE E SERRA (2001) realizam uma comparação das metrópoles com o corpo humano, onde as mesmas exerceriam a função de cérebro do comando da economia nacional, mas os desequilíbrios detectados levariam à macrocefalia. A comparação expressa a excessiva concentração espacial das atividades econômicas e da população, a ponto de prejudicar o funcionamento saudável dos centros urbanos.

As cidades de porte médio teriam o potencial para reverter a anomalia das metrópoles, contendo o fluxo migratório e promovendo a desconcentração econômica. A análise do período 1970 a 2000 demonstra que a população brasileira passou por um processo de reversão de sua polarização, em 2000, o grupo de cidades médias detinha 35,7% da população nacional, contra 26,5% em 1970. (ANDRADE e SERRA 2001, p. 133).

Esse resultado não significa que está havendo um processo de despolarização acentuado da população, uma vez que muitas das cidades médias estão localizadas em regiões metropolitanas. Nas cidades médias não metropolitanas tem sido observado um fenômeno de metropolização, aonde algumas vêm se tornando núcleos de um pólo

regional, continuando a atrair população que tende a se fixar em suas periferias, formada por outros municípios.

O Paraná é formado por 399 cidades, onde em 2000, dentre elas 11 eram classificadas como cidades médias apresentando entre 100 e 500 mil habitantes, a capital Curitiba encontrava-se com mais de 1,5 milhões de habitantes e as demais cidades possuíam menos de 100 mil habitantes.

TABELA 9 – MESORREGIÃO, CIDADES MÉDIAS DO PARANÁ, POPULAÇÃO E VARIAÇÃO ENTRE 1991 E 2000

MESORREGIÃO	CIDADES MÉDIAS	POPULAÇÃO		
		1991	2000	Variação
Norte Central	Londrina	378.675	447.065	18,1%
	Maringá	240.292	288.653	20,1%
	Apucarana	95.064	107.827	13,4%
Centro-Oriental	Ponta Grossa	231.704	273.616	18,1%
Oeste	Foz do Iguaçu	190.123	258.543	36,0%
	Cascavel	193.502	245.369	26,8%
Centro-Sul	Guarapuava	135.728	155.161	14,3%
Metropolitana de Curitiba*	São José dos Pinhais	127.455	204.316	60,3%
	Colombo	117.767	183.329	55,7%
	Pinhais	62.582	102.985	64,6%
	Paranaguá	96.788	127.339	31,60%

FONTE: Tabulação própria a partir dos dados do Atlas IDH 2000.

\* As três primeiras também pertencentes à Microrregião Metropolitana de Curitiba

Obs.: As mesorregiões Noroeste, Centro-Occidental, Norte Pioneiro, Sudoeste e Sudeste, não possuem cidades de porte médio.

Entre as cidades do Paraná consideradas de porte médio São José dos Pinhais, Colombo, Pinhais e Paranaguá encontram-se na mesorregião Metropolitana de Curitiba; Guarapuava encontra-se na mesorregião Centro-Sul; Londrina, Maringá e Apucarana se localizam no Norte Central; Ponta Grossa localiza-se no Centro-Oriental; e Foz de Iguaçu e Cascavel encontram-se no Oeste Paranaense.

No período analisado o número de municípios com população entre 100 mil e 500 mil habitantes passou de oito para onze, representando 25% da população do Estado em 2000, contra 22% em 1991. Esse acréscimo se deve em grande parte ao aumento

populacional bastante significativo dos municípios localizados na microrregião metropolitana de Curitiba.

### 3.2 DIMENSÕES DA POBREZA NAS CIDADES MÉDIAS

O presente estudo se inspira em trabalho semelhante desenvolvido pelos autores Andrade e Serra na obra *Cidades Médias Brasileiras*, e objetiva analisar a evolução da pobreza nas cidades médias não metropolitanas em relação ao grupo de cidades formado pela região metropolitana de Curitiba.

A Região Metropolitana de Curitiba, de acordo com o IBGE no Atlas IDH 2000, é formada pela capital paranaense e por mais 18 municípios: três cidades de porte médio (Pinhais, Colombo e São José dos Pinhais), cinco municípios com população entre 50 e 100 mil e os demais com menos de 50 mil habitantes.

As cidades médias consideradas neste subcapítulo são aquelas não metropolitanas: Londrina, Maringá, Apucarana, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Cascavel, Guarapuava e Paranaguá.

#### 3.2.1 Dimensionamento da Pobreza nas Cidades Médias em relação à Região Metropolitana e ao Estado

O contingente da população pobre no Brasil sempre foi muito elevado, sendo que em 2000 atingiu uma das menores taxas, porém ainda superior a 36 milhões de pessoas (32,75%). No mesmo ano o Paraná encontrava-se entre os seis Estados brasileiros com menor número de pobres (23,69%).

A Tabela 10, mostra a evolução da pobreza na década de 90, no Paraná. Nesse período o PIB cresceu a uma taxa anual média de 3,4%, pouco acima do país, o que provocou aumento na renda da população paranaense, e possibilitou uma significativa redução no número de pobres, que passou de 2,9 milhões no início da década para 2.2 milhões em 2000.

Em termos relativos, entre 1991 e 2000, o nível de pobreza no Paraná experimentou uma diminuição de mais de 32%, que significou uma redução consideravelmente superior à do país que foi de aproximadamente 18,3%.

TABELA 10 – POPULAÇÃO DO PARANÁ, CIDADES MÉDIAS E REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

AGRUPAMENTOS SELECIONADOS	POPULAÇÃO				VARIACÃO 1991 A 2000 (%)
	1991		2000		
	HABITANTES	%	HABITANTES	%	
Cidades Médias	1.561.876	18,5	1.903.573	19,9	21,9
Região Metropolitana	2.003.452	23,7	2.662.441	27,8	32,9
Paraná	8.448.732	100,0	9.563.458	100,0	13,2

Fonte: Tabulação própria a partir dos dados do Atlas IDH 2000.

Ao investigar o quadro da pobreza no Estado segundo seu componente metropolitano e aquele pertencente às cidades médias não metropolitanas, verifica-se que no início da década de 90, a região metropolitana detinha 23,7% da população e o percentual de pobres que residiam nessas regiões era 10,12%. Nas cidades médias, onde residiam 18,5% da população estadual, encontravam-se 11,64% dos pobres do Paraná.

TABELA 11 – POPULAÇÃO POBRE NO PARANÁ, REGIÃO METROPOLITANA E CIDADES MÉDIAS 1991 E 2000

AGRUPAMENTOS SELECIONADOS	QUANTIDADE DE POBRES (P)				VARIACÃO EM P (%)
	1991		2000		
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	
Cidades Médias	342.722	11,64	329.360	14,53	-3,9
Região Metropolitana	298.098	10,12	364.702	16,09	22,3
Paraná	2.944.376	100,0	2.265.583	100,0	-23,1

FONTE: Tabulação própria a partir dos dados do Atlas IDH 2000.

Ao final da década de 90 eleva-se a participação da região metropolitana (27,8%) e das cidades médias (19,9%) no total da população estadual. O número de pobres na região metropolitana apresentou tanto aumento absoluto como relativo que passa a deter

16,09% do número de pobres estaduais. Nas cidades médias verifica-se redução absoluta na quantidade de pobres, no entanto essa diminuição foi menor que no Estado, o que provocou aumento relativo passando a representar 14,53% do número de pobres estaduais.

Através dos dados apresentados no período analisado, é possível afirmar que o elevado crescimento populacional da região metropolitana não foi acompanhado pela oferta de oportunidades de trabalho e elevação dos rendimentos médios da população a ponto de diminuir o nível de pobreza nesses agrupamentos. Já nas cidades médias, onde o crescimento populacional foi menor, verificou-se que o mercado de trabalho foi mais favorável, permitindo redução no número absoluto de pobres existentes.

TABELA 12 – NÍVEL DE POBREZA NO PARANÁ, CIDADES MÉDIAS E REGIÃO METROPOLITANA: 1991 E 2000

AGRUPAMENTOS SELECIONADOS	NÍVEL DE POBREZA (%)		VARIAÇÃO NA PROPORÇÃO DE POBRES 1991 E 2000 (%)
	1991	2000	
Cidades Médias	21,94	17,3	-21,2
Região Metropolitana de Curitiba	14,87	13,7	-7,9
Paraná	34,85	23,69	-32,0

FONTE: Tabulação própria a partir dos dados do Atlas IDH 2000.

Comparando o nível de pobreza para as cidades médias e região metropolitana, verifica-se que a razão entre não-pobres/pobres na região metropolitana manteve-se superior àquela verificada para as cidades médias: em 1991, a referida razão era de 5,7 para a região metropolitana e 3,5 para cidades médias; já em 2000, estas razões eram, respectivamente, de 7,3 e 4,8.

De acordo com ANDRADE E SERRA (2001), é importante observar que os diferenciais de custo de vida entre as cidades médias e as regiões metropolitanas podem relativizar esses resultados, o que possivelmente apontaria para um quadro social mais positivo para as cidades médias, em virtude de um custo de vida inferior nestas.

### 3.2.2 Dimensionamento e evolução da pobreza nas cidades médias segundo a localização regional

Nesta subseção, buscou-se analisar a dimensão da pobreza e sua evolução nas cidades médias classificadas em função da mesorregião a que pertencem. O dimensionamento da pobreza segundo a localização regional das cidades médias é motivado pelas diferenças na distribuição espacial das atividades econômicas no Estado.

O crescimento demográfico das mesorregiões paranaenses está fortemente relacionado à existência de cidades médias. Das seis mesorregiões do Estado que apresentaram crescimento populacional positivo, entre de 1991 a 2000, apenas a mesorregião Sudeste (0,89%) não possui nenhuma cidade de porte médio. Outro aspecto importante está relacionado ao grau de urbanização dessas mesorregiões, onde, apenas o Centro-Sul onde está localizada Guarapuava apresenta grau de urbanização inferior ao Estado, todas as demais apresentaram urbanização igual ou superior à média do Paraná (81,4%).

TABELA 13 - DIMENSÃO E EVOLUÇÃO DO NÍVEL DE POBREZA NAS CIDADES MÉDIAS SEGUNDO A MESORREGIÃO PERTENCENTES

AGRUPAMENTOS REGIONAIS DAS CIDADES MÉDIAS	NÍVEL DE POBREZA		
	1991	2000	Variação
Norte Central	15,8%	11,7%	-25,7%
Centro-Oriental	28,0%	20,8%	-25,6%
Oeste	23,2%	20,2%	-13,1%
Centro-Sul	39,5%	28,8%	-27,0%
Metropolitana de Curitiba*	23,0%	21,1%	-8,3%

FONTE: Tabulação própria a partir dos dados do Atlas IDH 2000.

\*Abrange somente cidades médias não pertencentes à microrregião metropolitana.

O conjunto das três cidades médias da mesorregião Norte Central (Apucarana, Londrina e Maringá), destaca-se pelo baixo nível de pobreza no ano inicial (15,8%) como pelo grande desempenho em termos de redução (-25,7%) do contingente de pobres entre 1991 e 2000. As cidades pertencentes às mesorregiões Centro-Sul e Centro-Oriental que

apresentavam os maiores níveis de pobreza no início da década, também apresentaram grande redução (-27% e -25,6%), a primeira, porém, no fim do período ainda com nível bastante elevado (28,8%), acima também da média do Estado (23,7%).

TABELA 14 – DIMENSÃO E EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO POBRE NAS CIDADES MÉDIAS SEGUNDO A MESORREGIÃO PERTENCENTES

AGRUPAMENTOS REGIONAIS DAS CIDADES MÉDIAS	POPULAÇÃO				QUANTIDADE DE POBRES			
	1991		2000		1991		2000	
	Hab.	%	Hab.	%	Hab.	%	Hab.	%
Norte Central	714.031	45,7	843.545	44,3	112.872	32,9	99.097	30,1
Centro-Oriental	231.704	14,8	273.616	14,4	64.854	18,9	56.994	17,3
Oeste	383.625	24,6	503.912	26,5	89.093	26,0	101.670	30,9
Centro-Sul	135.728	8,7	155.161	8,2	53.613	15,6	44.717	13,6
Metropolitana*	96.788	6,2	127.339	6,7	22.290	6,5	26.881	8,1
Total	1.561.876	100,0	1.903.573	100,0	342.722	100,0	329.360	100,0

FONTE: Tabulação própria a partir dos dados do Atlas IDH 2000.

\*Abrange somente as cidades médias não pertencentes à microrregião metropolitana.

A desigual distribuição regional da pobreza nas cidades médias, ao longo da década de 90, resultou, ao final do período, em maior participação das cidades médias das mesorregiões Oeste e Metropolitana de Curitiba, na distribuição da população pobre total (Tabela 14).

Em 1990, as cidades médias das mesorregiões Norte Central e Oeste detinham 70% da população total e 59% da população pobre. Já em 2000, essas mesmas cidades continuam a concentrar a mesma parcela da população e 61% da população pobre. Isso se deve ao aumento da quantidade de pobres no Oeste Paranaense.

### 3.3 RENDA, POPULAÇÃO, POBREZA E INDIGÊNCIA NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

Nesta seção, busca-se explicar as variações de pobreza e indigência através de alterações na renda total e do número de habitantes nos municípios do Estado. A base de dados foi obtida no IPEADATA.

#### 3.3.1 Modelo

O modelo utilizado neste estudo tem por base o Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Na descrição das variáveis do modelo, uma das variáveis é a população (POP) do município. Essa variável foi utilizada uma vez que se pretende avaliar a incidência de pobreza em municípios com diferentes tamanhos populacionais, o que sugere, também, diferente estrutura econômica e social. Para a presente análise, os municípios foram divididos em grupos, como mostra a Tabela 15.

TABELA 15 – POPULAÇÃO E NÚMERO DE CIDADES NO PARANÁ, SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO

Grupos de Cidades (mil hab.)	1991			2000		
	População	Nº de Cidades	% na Pop. Total	População	Nº de Cidades	% na Pop. Total
< 10	1.175.509	205	13,9	1.213.499	216	12,7
Entre 10 e 50	3.214.125	169	38,0	1.365.170	153	14,3
Entre 50 e 100	1.128.817	16	13,4	3.003.271	18	31,4
Entre 100 e 500	1.615.246	8	19,1	2.394.203	11	25,0
> 500	1.315.035	1	15,6	1.587.315	1	16,6
Total Paraná	8.448.732	399	100,0	9.563.458	399	100,0

FONTE: Tabulação própria a partir dos dados do IPEADATA.

A variável *dummy* (D) foi introduzida para captar as alterações na pobreza e indigência no grupo de cidades considerado de porte médio, levando-se em consideração

incrementos na renda (Y D) e na população (POP D), quando comparado com os demais grupos de cidades.

Outra variável observada, a renda (Y), é um indicador que ajuda a verificar o grau de desenvolvimento das cidades. Foi obtida através da multiplicação entre a renda per capita e o número de habitantes do município. Significa o somatório de todas as rendas (trabalho, pensões e aposentadorias, doações recebidas, aluguéis recebidos, rendimentos de capital, etc.) recebidas pelos membros das famílias no município.

Representado as variáveis explicativas do modelo, foram utilizadas a porcentagem da população com renda per capita abaixo de R\$ 75,50, classificadas como pobres ou abaixo da linha da pobreza (NP), e a porcentagem de pessoas com renda per capita menor que R\$ 37,75, definidas como indigentes (NI).

Para medir a elasticidade, foi utilizado o modelo Log-Log, podendo, as equações, serem apresentadas da seguinte forma:

$$\text{Ln NI} = \beta_1 + \beta_2 \ln Y + \beta_3 \ln \text{POP} + \beta_4 \ln \text{Y D} + \beta_5 \ln \text{POP D} + \varepsilon$$

$$\text{Ln NP} = \beta_1 + \beta_2 \ln Y + \beta_3 \ln \text{POP} + \beta_4 \ln \text{Y D} + \beta_5 \ln \text{POP D} + \varepsilon$$

Onde:

NI = Nível de Indigência

NP = Nível de Pobreza

Y = Renda total gerada no município;

POP = População do município;

Y D = Interação entre a variável *dummy* e a renda nas Cidades Médias. A *dummy* assume valor “1” se população entre 100 e 500 mil habitantes e “0” se diferente;

POP D = Interação entre a variável *dummy* e a população nas Cidades Médias. A *dummy* assume valor “1” se população entre 100 e 500 mil habitantes e “0” se diferente;

$\varepsilon$  = Resíduo;

$\beta_n$  = Coeficiente de elasticidade;

Ln = Logaritmo natural, ou seja, log à base  $e$ , em que  $e = 2,718$ .

### 3.3.2 Regressões e resultados obtidos

Nesta seção, são apresentadas as regressões que visam associar a pobreza e a indigência com a renda e o tamanho da população dos municípios do Paraná em 1991 e 2000. Os resultados foram obtidos através do programa *Eviews 5.0*.

#### 3.3.2.1 Cidades médias *versus* cidades com 50 a 100 mil habitantes

A regressão que analisa os índices de pobreza e indigência das cidades médias do Paraná e do grupo de cidades com população entre 50 e 100 mil habitantes, em 1991, revelou que o teste F foi significativo a 5% para o conjunto de parâmetros analisados. Já em 2000, o teste F foi significativo a 5% para explicar a pobreza e a 1% para a indigência (ver tabelas 16 e 17).

A estatística  $R^2$  informa quanto da variabilidade total do nível de pobreza é explicada pelas variáveis presentes no lado direito da equação. Em 1990, as variáveis explicam a indigência em 36% e a pobreza em 47% e em 2000, 41% e 49% respectivamente. Embora o valor de  $R^2$  pareça baixo, foi considerado expressivo uma vez que vários outros fatores podem explicar a pobreza.

TABELA 16 – RESULTADO DAS REGRESSÕES CIDADES MÉDIAS *VERSUS* CIDADES COM 50 A 100 MIL HABITANTES NO ANO DE 1991

NI <sub>1991</sub> =	9,79 -	0,13Y -	0,49 POP -	2,28 Y D +	3,34 POP D	R <sup>2</sup> = 0,36
	(2,98)*	(- 0,19)	(- 0,50)	(- 1,71)***	(1,71)***	F = 3,13**
NP <sub>1991</sub> =	8,72 -	0,26 Y -	0,09 POP -	1,49 Y D +	2,18 POP D	R <sup>2</sup> = 0,47
	( 4,70)*	(- 0,69)	(- 0,17)	(-1,97)***	(1,97)***	F = 4,97*

Obs.: Não foi verificada a presença de multicolinearidade nem heterocedasticidade nas regressões. Foi utilizado o teste White para verificar se há a presença de heterocedasticidade.

\* Significativo a 1%

\*\* Significativo a 5%

\*\*\* Significativo a 10%

O resultado para 1991, mostrou que os coeficientes de Y e POP, não foram significativos para a análise da pobreza e indigência no total de municípios. Em relação às cidades médias o coeficiente negativo de YD sugere que a indigência é elástica em relação à renda, ou seja, o aumento na renda em 1 ponto percentual (p.p.) provoca a redução de 2,28 p.p. na indigência e 1,49 p.p. na pobreza. Para o coeficiente da população (POP D), o aumento em 1 p.p. obteve aumento de 3,34 p.p. na indigência e 2,18 na pobreza.

TABELA 17 – RESULTADO DAS REGRESSÕES CIDADES MÉDIAS *VERSUS* CIDADES COM 50 A 100 MIL HABITANTES NO ANO DE 2000

NI <sub>2000</sub> =	9,96 -	1,04Y +	0,84 POP -	0,87 Y D +	1,31 POP D	R <sup>2</sup> = 0,41
(t)	(3,64)**	(-2,70)**	(1,45)	(-1,10)	(1,11)	F = 4,21**
NP <sub>2000</sub> =	10,25 -	0,68 Y +	0,38 POP -	0,93 Y D +	1,40 POP D	R <sup>2</sup> = 0,49
(t)	(5,33)*	(- 2,53)**	(0,93)	(-1,70)***	(1,70)***	F = 5,95*

Obs.: Não foi verificada a presença de multicolinearidade nem heterocedasticidade nas regressões. Foi utilizado o teste White para verificar se há a presença de heterocedasticidade.

\* Significativo a 1%

\*\* Significativo a 5%

\*\*\* Significativo a 10%

Em 2000, o coeficiente POP não foi significativo para os dois modelos investigados. Para a variável NI, as estatísticas individuais referentes aos parâmetros das variáveis *dummies* não mostraram significância. Verificou-se que neste ano a elevação da renda em 1 p.p. gerou redução de 1,61 p.p., na quantidade de pobres nas cidades médias<sup>1</sup>, enquanto um aumento de 1 p.p. na população nesse grupo de municípios gerou um aumento de cerca 1,40 p.p. no número de pobres. No que se refere ao comportamento da população indigente o único parâmetro significativo nos resultados da regressão mostrou que a renda explica de forma homogênea o comportamento do número de indigentes, de modo que um aumento de 1 p.p. proporciona uma redução de cerca 1,04 p.p. no número de indigentes nos dois conjuntos de municípios analisados.

<sup>1</sup> O valor referente a 1,61 p.p. foi obtido a partir da adição dos parâmetros Y e Y D (0,68 + 0,93) da tabela 17. haja vista que seus valores mostraram-se significativos.

### 3.3.2.2 Cidades médias *versus* cidades com 10 a 50 mil habitantes

As regressões obtidas na análise da pobreza e indigência das cidades médias e daquelas com população entre 10 e 50 mil habitantes, revelaram, através do teste F, que o conjunto de parâmetros da análise são significativos a 1%, tanto em 1991 como em 2000 (Ver tabelas 18 e 19).

Na análise do R<sup>2</sup> observa-se, em 1991, que 75% da variável NI e 81% da variável NP são explicados pelas variáveis apresentadas. Em 2000, as mesmas variáveis explicam 64% do NI e 74% do NP. Esses resultados mostraram que as variáveis utilizadas foram bem significativas na explicação das variáveis dependentes.

TABELA 18 – RESULTADO DAS REGRESSÕES CIDADES MÉDIAS *VERSUS* CIDADES COM 10 A 50 MIL HABITANTES NO ANO DE 1991

NI <sub>1991</sub> =	9,74 -	1,54Y +	1,62 POP -	0,86 Y D +	1,21 POP D	R <sup>2</sup> = 0,75
(t)	(15,37)*	(-17,78)*	(14,54)*	(-1,05)	(1,01)	F = 113,94*
NP <sub>1991</sub> =	8,01 -	0,84 Y +	0,84 POP -	0,85 Y D +	1,21 POP D	R <sup>2</sup> = 0,81
(t)	(25,95)*	(-20,01)*	(15,57)*	(-2,13)**	(2,09)**	F = 167,45*

Obs.: Não foi verificada a presença de multicolinearidade nem heterocedasticidade nas regressões. Foi utilizado o teste White para verificar se há a presença de heterocedasticidade.

\* Significativo a 1%

\*\* Significativo a 5%

Em 1991, para NI, as estatísticas individuais referente aos parâmetros das variáveis *dummies* não foram significativos. Assim, os parâmetros da renda e população explicam de forma homogênea o nível de indigência das cidades em análise. A elevação da renda em 1 p.p. conseguiu reduzir 1,54 p.p. na indigência e o aumento em 1 p.p. na população foi responsável por um acréscimo de 1,62 p.p. na mesma. Para a variável NP, neste mesmo ano, todos os parâmetros mostraram-se significativos. Com isso, pode-se verificar comportamento diferenciado da pobreza, em relação ao aumento da renda e população, entre as cidades médias e aquelas com população entre 10 e 50 mil habitantes. O aumento em 1 p.p. na renda revelou redução de 1,69 p.p. no NP das cidades médias

contra 0.84 nas demais, já o aumento em 1 p.p. na população foi responsável pela elevação no NP de 2,05 p.p. nas cidades médias<sup>2</sup> enquanto que nas demais, o acréscimo foi bem menor, de 0,84.

TABELA 19 – RESULTADO DAS REGRESSÕES CIDADES MÉDIAS *VERSUS* CIDADES COM 10 A 50 MIL HABITANTES NO ANO DE 2000

NI <sub>2000</sub> =	10,85 -	1,79Y+	1,91 POP -	0,23 Y D +	0,32 POP D	R <sup>2</sup> = 0,64
(t)	(14,60)*	(-14,84)*	(11,43)*	(- 0,33)	(0,32)	F = 73,06*
NP <sub>2000</sub> =	9,30 -	1,13 Y+	1,15 POP -	0,37 Y D +	0,53 POP D	R <sup>2</sup> = 0,74
(t)	(22,68)*	(- 17,03)*	(12,53)*	(- 0,98)	(0,95)	F = 115,87*

Obs.: Não foi verificada a presença de multicolinearidade nem heterocedasticidade nas regressões. Foi utilizado o teste White para verificar se há a presença de heterocedasticidade.

\* Significativo a 1%

Em 2000, as estatísticas individuais referentes aos parâmetros das variáveis *dummy* não mostraram significância para as variáveis NI e NP. Portanto, isso indica que renda e população explicam de forma homogênea o comportamento da pobreza e indigência nos dois conjuntos de municípios analisados nesse período. O aumento de 1 p.p. na renda reduziu 1,79 p.p. na indigência e 1,13 p.p. na pobreza. Já o aumento de 1 p.p. na população foi responsável pela elevação de 1,91 p.p. na indigência e 1,15 na pobreza.

### 3.3.2.3 Cidades médias *versus* cidades com menos de 10 mil habitantes

O resultado da regressão que analisa os índices de pobreza e indigência das cidades médias do Paraná e do grupo de cidades com menos de 10 mil habitantes, revelou que o teste F foi significativo a 1% para o conjunto de parâmetros analisados nos dois

<sup>2</sup> O valor referente a 1,69 p.p foi obtido a partir da adição dos parâmetros Y e Y D (0,84 + 0,85) e 2,05 p.p. através da soma dos parâmetros POP e POP D (0,84 + 1,21) da tabela 17, haja vista que seus valores mostraram-se significativos.

períodos analisados. Em relação à estatística  $R^2$ , em 1990, as variáveis utilizadas explicam a indigência em 78% e a pobreza em 86%, e em 2000, 70% e 81% respectivamente (Ver tabelas 20 e 21). Mais uma vez os resultados mostraram que apesar do número de variáveis ser limitado, as mesmas foram bem representativas.

TABELA 20 – RESULTADO DAS REGRESSÕES CIDADES MÉDIAS *VERSUS* CIDADES COM MENOS DE 10 MIL HABITANTES NO ANO DE 1991

$NI_{1991} =$	7,83 -	1,47 Y +	1,73 POP -	0,78Y D +	1,04 POP D	$R^2 = 0,78$
(t)	(13,67) *	(-17,61) *	(19,06) *	(-1,12)	(1,03)	$F = 143,51^*$
$NP_{1991} =$	6,92 -	0,73 Y +	0,80 POP -	0,87 Y D +	1,22 POP D	$R^2 = 0,86$
(t)	(27,44) *	(-20,04) *	(20,10) *	(-2,85) *	(2,74) *	$F = 241,89^*$

Obs.: Não foi verificada a presença de multicolinearidade nem heterocedasticidade nas regressões. Foi utilizado o teste White para verificar se há a presença de heterocedasticidade.

\* Significativo a 1%

A investigação referente à variável NI, em 1991, revelou que os parâmetros das variáveis *dummy* não foram significativos. Assim, o aumento de 1 p.p. na renda dos municípios, reduziu o nível de indigência em 1,47 p.p. e a elevação de 1 p.p. na população, aumentou a mesma em 1,73 p.p.. Para a variável NP, todos os parâmetros foram significativos. Dessa forma, tem-se que a elevação da renda em 1 p.p. causou redução de 1,60 na quantidade de pobres nas cidades médias contra 0,73 p.p. nos demais municípios, e o aumento de 1 p.p. na população gerou a elevação de aproximadamente 2,02 p.p. no número de pobres das cidades médias<sup>3</sup> enquanto que nos demais municípios essa elevação foi de 0,80 p.p..

<sup>3</sup> O valor referente a 1,60 p.p. foi obtido a partir da adição dos parâmetros Y e Y D (0,73 + 0,87) e 2,02 p.p. pela soma dos parâmetros POP e POP D (0,80 E 1,22) da tabela 20, pois seus valores mostraram-se significativos.

TABELA 21 – RESULTADO DAS REGRESSÕES CIDADES MÉDIAS *VERSUS* CIDADES COM MENOS DE 10 MIL HABITANTES NO ANO DE 2000

$NL_{000} =$	12,43 -	2,18 Y +	2,36 POP -	0,02 Y D +	0,03 POP D	$R^2 = 0,70$
(t)	(18,04) *	(- 22,01) *	(20,23) *	(- 0,03)	(0,02)	$F = 135,62^*$
$NP_{2000} =$	9,68 -	1,31 Y +	1,40 POP -	0,23 Y D +	0,33 POP D	$R^2 = 0,81$
(t)	(29,70) *	(- 27,99) *	(25,36) *	(- 0,72)	(0,68)	$F = 249,14^*$

Obs.: Não foi verificada a presença de multicolinearidade nem heterocedasticidade nas regressões. Foi utilizado o teste White para verificar se há a presença de heterocedasticidade.

\* Significativo a 1%.

Em 2000, nos dois modelos em análise as estatísticas individuais referentes aos parâmetros das variáveis *dummies* não mostraram significância. Assim, tem-se que os dois grupos de cidades tiveram comportamento similar em relação a alterações da renda e tamanho da população. A elevação da renda em 1 p.p. representou a redução de 2,18 p.p. na indigência e 1,31 na pobreza em todos os municípios. Em relação à população, o acréscimo em 1 p.p. gerou o aumento de 2,36 p.p. dos indigentes e 1,40 dos pobres.

### 3.3.3 Avaliação dos Resultados

As regressões efetuadas revelam que as variáveis selecionadas nas equações, são de grande relevância para explicar a variação de pobres e indigentes nos diferentes grupos de cidades da análise, em especial nas cidades médias, objeto deste estudo.

Em relação à indigência, em 1991 e 2000, o aumento na renda e na população, gerou comportamento homogêneo para cidades médias e os demais grupos de cidades em que os resultados foram significativos<sup>4</sup>, verificou-se que a elevação da renda em 1 p.p. significou redução acima de 1 p.p. na indigência, no entanto, o aumento em 1 p.p. na população teve efeito inverso e proporcionou elevação ainda maior no nível de indigência.

<sup>4</sup> Os parâmetros da Y e POP não foram significativos para explicar a indigência nas cidades com população entre 50 e 100 mil habitantes, em 1991.

Para a pobreza, o desempenho verificado foi diferente em cada um dos períodos em análise. Em 1991 a elevação na renda exprimiu redução na pobreza das cidades médias bem mais significativa que nos demais grupos de cidades, em média 1,60 p.p. contra 0,78 p.p.. Em contrapartida verificou-se que aumento em 1 p.p. população gerou efeito desfavorável nas cidades médias, aumentando o nível de pobreza em mais de 2 p.p. enquanto nas demais essa elevação foi bem menor, de 0,84.

Em 2000, o nível de pobreza teve efeito diferenciado, especialmente na comparação das cidades médias e aquelas com população entre 50 e 100 mil habitantes. Observa-se que, nas cidades médias, a elevação de 1 p.p. na renda provocou redução na pobreza bem mais representativa que nas demais, 1,61 contra 0,68 p.p.. Além disso, o aumento na pobreza provocado pela elevação de 1 p.p. na população foi bem menor que no período anterior, 1,40 p.p.. Em relação aos outros dois grupos de cidades, o comportamento das cidades médias foi homogêneo. Observa-se também que, os efeitos do aumento de um p.p. na renda e na população, de maneira geral, tornam-se mais amenos, causando impacto menor sobre a variação do nível de pobreza, em comparação ao período anterior.

### 3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste capítulo, mostra as cidades médias ocupando importante papel no Paraná, concentrando significativa parcela da população e revelando capacidade de aumentar o número de habitantes e ao mesmo tempo diminuir a quantidade absoluta de pessoas pobres.

Os efeitos das cidades médias, vão além de seus limites geográficos estendendo-se também para a mesorregião a que pertencem, atraindo e mantendo a população nessas regiões, ao contrário das demais, onde, no capítulo anterior, verificou-se que apresentaram decréscimo da população. Também a aceleração do processo de urbanização está fortemente ligada à localização das cidades médias.

#### 4. CONCLUSÃO

Neste trabalho buscou-se desenvolver um estudo sobre os indicadores socioeconômicos do Paraná com foco no crescimento populacional e econômico das cidades médias, verificando os impactos desses fenômenos sobre o quadro de pobreza.

O Estado, nas últimas décadas, passou por diversas transformações relacionadas, principalmente, à dinâmica econômica e social. Como resultado destas mudanças, acelerou-se o processo de urbanização, deslocando grande parcela da população rural para as áreas urbanas. Com as grandes aglomerações formadas nos centros urbanos, começam a ocorrer problemas ligados a deficiência de infra-estrutura, que dificultam a redução dos índices de pobreza, ainda bastante elevados.

Considerando como pobres o conjunto das pessoas pertencentes às famílias cuja renda per capita era inferior a meio salário mínimo, e indigentes aqueles com rendimento inferior a um quarto do salário mínimo (em valores reais de 2000), de maneira geral, o Paraná tem obtido resultados positivos. Em 1991, o nível médio da pobreza no Estado era de 34,86% e da indigência 14,10%, já em 2000, a proporção observada foi de 23,69% e 9,27% respectivamente.

O nível de pobreza do Paraná se comparado com o Brasil, pode ser considerado pequeno, porém, ao analisar cada região do Estado separadamente, é possível encontrar localidades com taxas de pobreza muito superiores às do país. A miséria está presente em todos os municípios e abrange tanto áreas urbanas como rurais. As políticas de crescimento econômico podem ser vistas como necessárias para a redução da pobreza, mas não são suficientes. Assim, é necessário combater a pobreza através de políticas que garantam uma melhor distribuição de renda em favor da população pobre.

No terceiro capítulo deste estudo, realizou-se, primeiramente, um exercício comparativo entre o nível de pobreza das cidades médias não metropolitanas e o da região metropolitana de Curitiba, procurando observar, como o processo de desconcentração espacial da população paranaense se manifesta sobre os níveis de pobreza. Comparando-se o desempenho do quadro de pobreza nas cidades médias e na região metropolitana.

pode-se refletir sobre futuras decisões da população emigrante sobre o destino dos seus deslocamentos. se, a maior parte, em direção às cidades médias ou às áreas metropolitanas do Estado.

No período entre 1991 e 2000 verificou-se crescimento da população pobre na região metropolitana do Estado (22,3%), enquanto que no conjunto das cidades médias observou-se redução (-3,9%), porém, inferior à do Estado (-23,1%). Os dados mostram, que a região metropolitana foi responsável por cerca de 60% do crescimento populacional do Estado e as cidades médias não metropolitanas por 30%. Em 2000, a região metropolitana concentrava 27,8% dos habitantes do Paraná e 16,1% dos pobres, enquanto que as cidades médias representavam cerca de 20% da população e 14,5% dos pobres.

Ao relacionar o nível de pobreza com a localização regional pôde-se perceber que a localização das cidades médias está relacionada com a ocorrência de melhores índices de pobreza e desenvolvimento das mesorregiões do Estado, influenciando no maior crescimento populacional nessas regiões e também em um grau de urbanização mais elevado.

Por último, foi realizada uma análise da evolução da pobreza nas cidades médias comparativamente aos demais grupos de cidades paranaenses, através de alterações na renda e do número de habitantes nos municípios do Estado. Os resultados mostraram relação positiva entre aumento na renda e a redução da pobreza e indigência. No sentido inverso, verificou-se que o aumento da população está muito relacionado com a elevação da pobreza, de uma forma geral.

A pobreza certamente ainda é um problema difícil de ser combatido, porém, constatou-se nas cidades médias tendência a diminuição na relação crescimento populacional e elevação da pobreza, do primeiro para o último período analisado. Nas demais cidades essa relação que era menor, se equiparou ao das cidades médias. Para a indigência, a relação aumento populacional e elevação da indigência, foi homogênea em todos os grupos de cidades, mostrando tendência a elevação entre os dois períodos.

Em relação à renda total gerada nos municípios, no último período, verificou-se tendência a gerar o mesmo efeito na redução da pobreza e indigência em todos os grupos

em análise, exceto na comparação do nível de pobreza das cidades médias com os municípios com população entre 50 e 100 mil habitantes, onde, os resultados foram muito mais favoráveis para as primeiras.

Este trabalho analisou o comportamento da pobreza nas cidades médias, e para tanto utilizou como objeto de estudo modificações de renda e população. No entanto, não fez parte do escopo de pesquisa abordar os motivos que influenciam um maior ou menor nível de pobreza em tais cidades em relação aos demais municípios. Essas questões poderão ser aprofundadas em estudos posteriores.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, T. A. e SERRA, R.V. **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPFA. 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>

Atlas de Desenvolvimento Humano - Atlas IDH 2000 – Software. Disponível em: <http://www.undp.org.br>.

BARROS, R. P., HENRIQUES, R., MENDONÇA, R. **Pelo Fim das Décadas Perdidas; Educação e Desenvolvimento Sustentado no Brasil**. Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA. 2002.

CAMARGO, J. M. E GIAMBIAGI, F.; ROMÃO, M.C.; RAMOS, L. F. REIS, J.C. **Distribuição de Renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOFFMANN, R., **Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil**. In: Flenriques, R., *Desigualdade e pobreza no Brasil*, IPEA. Rio de Janeiro, 2000.

HOFFMANN, R. **Distribuição da Renda no Brasil: poucos com muito e muitos com muito pouco**. In: DOWBOR, L; KILSZTAJN, S. *Economia Social no Brasil*. São Paulo: Senac. 2001.

IPARDES. **Famílias pobres no Paraná**. Curitiba, 2003a. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br>

IPARDES. **Paraná: diagnóstico social e econômico**. Curitiba, 2003b. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br>

IPARDES. **Leituras Regionais**. Mesorregiões Geográficas: Metropolitana de Curitiba. IparDES, 2004. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br>

IPARDES. **Como andam as Metrôpoles** Região Metropolitana de Curitiba. Observatório das metrôpoles, IparDES, 2006. Disponível em [http://www.ipardes.gov.br/pdf/como\\_andam\\_as\\_metropoles\\_2006.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/como_andam_as_metropoles_2006.pdf)

IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>

VASCONCELOS, J. R., CASTRO, D. **Paraná: Economia, Finanças Públicas e Investimentos nos Anos 90**. Brasília, 1999. IPEA. Texto para discussão nº 624.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea. 2001

KAGEYAMA, Angela, HOFFMANN, Rodolfo. **Pobreza no Brasil**: uma perspectiva multidimensional. Economia e Sociedade. v. 15, Campinas, 2006.

Disponível em: [http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/economia\\_sociedade](http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/economia_sociedade)

KERSTENETZKY, Célia Lessa. **Desigualdade e Pobreza** – Lições de Sen. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2000, Vol. 15, Nº 42. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbesoc/v15n42/1740.pdf>. Acesso 06/07/2007.

LAVINAS, Lena. **Pobreza e exclusão**: traduções regionais de duas categorias práticas. Revista econômica, v.4, n.1 p. 25-59, 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/cpgeconomia/v4n1/lavinas.pdf>. Acesso em 06/07/2007.

LOBO, R. C. **A evolução da pobreza nas regiões metropolitanas (1990-2001)**: um estudo prático sobre as suas formas de mensuração. Dissertação de mestrado - Universidade Federal do Paraná. Defesa: Curitiba, 2005.

RDH. Relatório do Desenvolvimento Humano, 1999. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, prefácio.

ROCHA, Sônia. **Opções Metodológicas para a Estimação de Linhas de Indigência e de Pobreza no Brasil**. Ipea, Texto para discussão Nº 720. Rio de Janeiro, 2000.

ROCHA, Sônia. **Alguns Consensos sobre a Questão da Pobreza no Brasil**. In: DOWBOR, L.; KILSZTAJN, S. Economia Social no Brasil. São Paulo: Senac, 2001.

ROMÃO, M.C. **Distribuição de Renda Pobreza e Desigualdade**. In: CAMARGO & GIAMBIAGI, Et. Al. **Distribuição de Renda no Brasil**. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1991.

SALAMA, P., DESTREMAU, B. **O tamanho da pobreza** – economia política da distribuição de renda. Garamond Ltda, RJ-1999.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 2002.

TOLOSA, Hamilton Carvalho. **Brasil**: O Estado de uma Nação. Rio de Janeiro: IPEA. Cap. III Pobreza e Exclusão Social. 2005